



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 38 - Nº 763 - DE 10 A 23 DE MAIO DE 2026 - R\$ 5,00



Lula, arrastado ao encontro com Trump



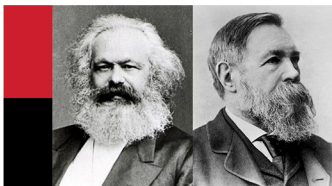
A burguesia brasileira e seu Estado não têm como defender e garantir a soberania nacional

Cabe à classe operária e às suas organizações lutarem pela independência do Brasil

ORGANIZAR A FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA, SOB O PROGRAMA DA REVOLUÇÃO SOCIAL

Pela imediata estatização das reservas de terras raras e minerais críticos, sob o controle operário da produção!

Pela reestatização das empresas que foram entregues ao grande capital!



► Assimilando o socialismo científico
Materialismo histórico

Em situação de agravamento da crise mundial, Lula é arrastado ao encontro com Trump

A burguesia brasileira e seu Estado não têm como defender e garantir a soberania nacional

Cabe à classe operária e às suas organizações lutarem pela independência do Brasil

Organizar a frente única anti-imperialista

O maior receio de Lula em se reunir com Trump era de que poderia haver um escracho como houve com Zelensky, presidente da Ucrânia. A ida do Brasil aos Estados Unidos, no entanto, era inevitável. Depois de um período de estremecimento das relações comerciais e diplomáticas, o terreno havia sido preparado pelo imperialismo para arrastar Lula a Washington e colocá-lo na Casa Branca sob o teto da potência mundial.

A fração da burguesia nacional mais poderosa definiu a conduta do governo brasileiro: não radicalizar as respostas e mostrar-se disposto à negociação. Não condenou, porém, a bandeira de soberania nacional quando Trump aplicou a lei Magnitsky contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. As vozes quase unânimes foram de que se tratava de uma interferência externa à soberania do poder Judiciário brasileiro e aplicação de uma diplomacia coercitiva. A exceção foi expressa pelos bolsonaristas, que se valem da sombra de Trump para se manterem como uma força política influente. Esse conteúdo particularizado atribuído à soberania nacional mal disfarçou os profundos laços históricos de subordinação do Brasil semicolonial aos Estados Unidos imperialistas. Trump jogou alto com as tarifas, como fez com os demais países sancionados, para determinar seus interesses econômicos e geopolíticos.

Como um dos países mais fortes economicamente e portador de um extraordinário potencial de matérias-primas na América Latina, o Brasil se encontra em meio à aguda guerra comercial desfechada por Trump, que tem a China como principal adversária. A ofensiva dos Estados Unidos contra o Brasil fez parte de um plano de pressão imperialista sobre a América Latina. As burguesias nacionais e seus Estados teriam ido longe na abertura de canais comerciais, financeiros e diplomáticos com a China.

Um dos primeiros passos de Trump foi o de intervir diplomaticamente e ameaçar com uso de força o Panamá. Em seguida, montou o cerco naval e aéreo à Venezuela. Lançou mão do artifício do combate ao narcotráfico que o imperialismo denomina de narcoterrorismo. A invasão militar do país e o sequestro do presidente da República Bolivariana foram consequentes com o objetivo de passar ao controle dos Estados Unidos as reservas petrolíferas e cercar a penetração da China sedenta de matérias-primas à sua pujante indústria. É inaceitável para os Estados Unidos que os capitais chineses impulsionem a Nova Rota da Seda, como impulsionaram na Ásia e na África.

O Brasil nas últimas duas décadas estabeleceu uma frutífe-

ra relação comercial com a China, que aproveitou do seu gigantesco desenvolvimento para a compra de commodities e venda de manufaturas. Nesse marco, penetrou na estrutura econômica de importantes países da América Latina, sobretudo na do Brasil. As exigências dos Estados Unidos para que os países latino-americanos se mantenham sob a guarda das multinacionais e do capital financeiro norte-americanos implicam que os Estados e governos limitem o máximo possível suas relações com o Estado chinês. Nota-se que os conflitos econômicos e políticos gerados pela dominação estadunidense na América Latina ultrapassam as fronteiras regionais do continente, de forma que são de ordem internacional. Haja vista os vínculos e a interdependência da ofensiva militar na Venezuela e as ameaças ao Panamá com a guerra no Oriente Médio contra o Irã, a continuidade da guerra desfechada por Israel contra os palestinos e a resistência no Líbano, e, sem dúvida, com o prolongamento da guerra na Ucrânia.

A guerra comercial, a escalada bélica e as guerras em curso provocam fracionamentos na burguesia mundial e toda sorte de pressão em torno a alinhamentos. Concretamente, a subordinação do Estado venezuelano aos desígnios da Casa Branca golpeou o alinhamento que o governo de Nicolás Maduro mantinha com a China. Desse tormentoso acontecimento, vem se movimentando a dependência dos países latino-americanos, de acordo com suas particularidades, com os Estados Unidos nas novas condições de relações com a China. Basta que pendam no sentido de maior aproximação com o comércio e os capitais chineses para o imperialismo atuar por cima dos Estados nacionais, procurando não só conservar a velha dependência como estreitar ainda mais - no processo da guerra comercial, da escalada bélica e das guerras - a hegemonia dos Estados Unidos alcançada após a Segunda Guerra Mundial.

Os governos nacional-reformistas, que são agora a ultramínorria na América Latina, se veem em condições precárias devido às dificuldades econômicas e políticas de seguir a guerra comercial de Trump contra a China. A troca de governos nacional-reformistas por ultradireitistas pela via eleitoral, como foram os casos da Argentina, do Chile e da Bolívia - no da Venezuela o que restou do governo chavista se tornou refém dos Estados Unidos -, enfraqueceu ainda mais o que sobrou deles. É o que se verifica com a Colômbia, o Brasil e o México. A debilidade dos governos que formalmente desfraldam a bandeira da soberania nacional aumentou em favor dos ditames dos Estados Unidos. O que não elimina as contradições cada vez mais

CONTINUA →

agudas entre as nações oprimidas e, em particular, os Estados Unidos que as oprimem e as saqueiam. Tais contradições se tornaram mais poderosas e sensíveis em se tratando do Brasil.

A economia brasileira passou a depender, em certa medida, da economia chinesa. Uma interrupção tem como consequência golpear o setor agroexportador e minerador. A retração da penetração dos capitais chineses atingiria importantes ramos industriais e infraestrutura. Os objetivos econômicos dos Estados Unidos em sua guerra comercial contra a China conduzem a uma retração na economia do Brasil e da América Latina.

O problema está em que as guerras em curso são sinais de que o capitalismo mundial se encontra em um processo avançado de decomposição. Não há como obstaculizá-lo pela via dos acordos econômicos e diplomáticos. O rearmamento da União Europeia e do Japão se encontra nos primeiros estágios de um choque mundial que se apresenta em perspectiva no futuro. Eis os motivos de as Forças Armadas brasileiras se movimentarem no sentido de seu armamento.

Sem dúvida, é preciso considerar nessa equação a luta de classes que se amplia em todo o mundo. No Brasil, se acha mais contida devido à política de conciliação de classes que vigorou e se fortaleceu nos vários governos petistas. Lula está diante da dificuldade de apresentar uma candidatura vitoriosa e amenizar a polarização política encabeçada pela movimentação da ultradireita e direita.

Para se compreender o encontro de Lula com Trump, realizado no dia 7 de maio, é preciso considerar o quadro geral da crise, as relações de força no interior da burguesia mundial e as possibilidades da luta de classes encabeçada pelo proletariado. Geralmente, as reuniões na Casa Branca são movidas por uma grande propaganda da administração Trump. Dessa vez, Lula obteve um acordo de manter em semi-sigilo o que se passou nas três horas de discussão. Tanto Trump quanto Lula declararam que foi positiva e que aguardam novas tratativas entre ministros dos dois países. Ou seja, a reunião se realizou sem que houvesse pontos para um acordo a serem anunciados.

A informação de que se criará um “grupo de trabalho” para responder ao crime organizado, sem que se expusesse a divergência do Brasil com a definição imperialista de narcoterrorismo, transpareceu a impossibilidade de um acordo nesse ponto tão sensível. Os Estados Unidos usam a falsa definição para intervir militarmente nos países que se sujeitam a essa orientação. Quando Lula diz que o narcotráfico se encontra intimamente infiltrado no capital financeiro, nos meios econômicos de lavagem de dinheiro e no tráfico de armas, está demonstrando o óbvio. Trump já esperava essa contestação.

O principal de sua intenção foi a de comunicar ao Brasil que deve colocar as reservas de terras raras e minerais críticos nas mãos das multinacionais norte-americanas e associadas. A resposta de Lula de que “o Brasil está aberto a construir parcerias internacionais com diferentes países” e sua exortação para que os Estados Unidos invistam mais na economia brasileira refletiram a incapacidade da burguesia nacional e seu Estado defenderem a soberania do país. Em abril, o governo de Goiás chegou a um acordo com os Estados Unidos de “cooperação” na extração de minerais críticos. A empresa norte-americana Rare Earth adquiriu a empresa de mineração Serra Verde. Consolidou o caminho para a desnacionalização do subsolo. Esse fato revelou o descontrolo da federação sobre os recursos mi-

nerais. O que indica a força econômica das multinacionais e do capital financeiro sobrepostos às riquezas nacionais.

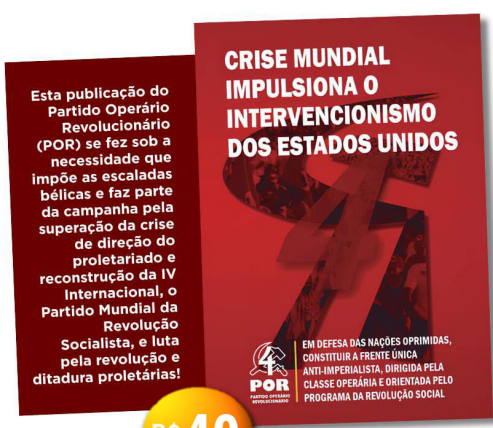
A ala esquerda do PT propôs a formação de uma estatal voltada à exploração das terras raras e outros minerais críticos. O nome seria Terrabras. Houve uma imediata reação de setores capitalistas e da política oligárquica dominante. O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias, se encarregou de enterrar a proposição. Posta de lado a estatização, se aprovou um Projeto de Lei, que estabelece um marco legal para a exploração de minerais críticos e terras raras. Essa manobra mais revelou do que ocultou a subserviência da política burguesa e de suas instituições ao capital internacional. Tudo indica que os próximos passos serão de afirmação do controle pelos Estados Unidos desses recursos que estão no centro da guerra comercial.

As centrais, sindicatos e movimentos se mostraram alheios à defesa da estatização e, portanto, da soberania nacional. É claro que se trata de um problema mais amplo que é o do controle geral das riquezas nacionais. É imperativo assinalar que o caminho foi o da desestatização e privatização do subsolo. Ou seja, o do reforço às forças econômicas contrárias à soberania nacional.

A classe operária deve se alertar e se erguer como uma força social que encarna a real soberania nacional do país subjugado pelo imperialismo. A bandeira de estatização, nacionalização, das riquezas naturais e minerais faz parte do programa da revolução social. E a tática revolucionária é a da frente única anti-imperialista. Eis por que somente o proletariado como dirigente da maioria oprimida pode combater no campo da independência de classe todas as medidas de desnacionalização da economia brasileira. Nesse sentido, é preciso dizer claramente que Lula se reuniu com Trump na condição de subserviência, expressão política da subserviência da burguesia nacional.


LANÇAMENTO!

Esta publicação do Partido Operário Revolucionário (POR) se fez sob a necessidade que impõe as escaladas bélicas e faz parte da campanha pela superação da crise de direção do proletariado e reconstrução da IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista, e luta pela revolução e ditadura proletária!



R\$40


Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



POR

PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

ENTRE EM CONTATO:
(11) 95446-2020
@massas.por



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por



Derrota de Lula no Congresso Nacional

Democracia oligárquica impõe as condições de governabilidade

Está posta a luta em defesa da independência da classe operária e dos demais trabalhadores

A rejeição no Senado por 42 votos contra e 32 a favor da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para integrar o Supremo Tribunal Federal (STF) não foi um resultado inesperado. Durante o encaminhamento da substituição do cargo ocupado pelo ex-ministro Luís Roberto Barroso se manifestou uma visível resistência do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil). Esse senhor pretendia colocar no STF um de seus homens, no caso o ex-presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Não foi difícil a Alcolumbre reunir apoio dos bolsonaristas e de outra hoste da direita. De nada adiantou os agrados de Lula ao presidente do Senado e, em particular, ao União Brasil, que compõe o governo de frente ampla. Também não adiantou muito o fato de Messias ser um político evangélico. O apoio à candidatura de Messias pelo ministro do STF André Mendonça, que também é evangélico e que galgou o topo da magistratura montado nos ombros do ex-presidente Jair Bolsonaro, não foi suficiente para alinhar a maioria dos senadores. Segundo informações, o ministro Alexandre de Moraes conspirou contra Messias porque, se eleito, seria um aliado de André Mendonça, que tem em suas mãos a condição do processo incriminatório do caso do Banco Master. É de conhecimento público o envolvimento de Alexandre de Moraes nas falcaturas do banqueiro Daniel Vorcaro. Envolvimento esse que atinge também o ministro Dias Toffoli, sobretudo. Os petistas e os poucos aliados no Senado assistiram o barco afundar e os bolsonaristas fazerem festa. A figura de Alcolumbre se ergueu como se fosse o chefe da oposição ao governo Lula, desconhecendo completamente a participação do União Brasil no governo e, assim, ocupando inúmeros cargos na administração pública. Ocorre que sobre o presidente do Senado paira uma sombra do Banco Master. Polítiques vinculados a Alcolumbre no estado do Amapá são investigados de utilizarem o fundo previdenciário para alimentar a jogatina de Vorcaro e sua quadrilha. Depois do estado do Rio de Janeiro, comandado por Cláudio Castro, entre os 18 estados e municípios comprometidos com a jogatina, o Amapá é o segundo mais afetado pela perda das aplicações do fundo previdenciário. Certamente, a conspiração parlamentar contra a indicação de Messias por Lula não se limita ao caso Master, e de acréscimo à roubalheira dos aposentados do INSS. É expressão maior da disputa eleitoral em franco andamento. Não por acaso, Flávio Bolsonaro foi uma peça chave na arrematamento dos votos contrários a Messias.

Imediatamente após à rejeição de Messias, ocorreu a sessão do Congresso Nacional, em que deputados e senadores decidiram pela derrubada do veto presidencial ao Projeto de Lei da Dosimetria. Em 12 e 17 de dezembro de 2025, a Câmara de Deputados e Senado, respectivamente, haviam aprovado o PL da Dosimetria,

que altera a norma jurídica de progressão de regime que consta da Lei de Execução Penal. Os bolsonaristas e aliados de direita não pretenderam ser magnânimos com os milhares de presos comuns. O objetivo explícito foi o de favorecer o prisioneiro de elite, o ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado por 27 anos de prisão. O golpista foi classificado na ação penal de procurar abolir pela violência o Estado democrático de direito e por ter planejado o assassinato de Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes. É claro que os bolsonaristas se valeram do caso de dezenas de prisões de manifestantes que no dia 8 de janeiro de 2023 invadiram a Praça dos Três Poderes e provocaram uma quebradeira. O problema não está nesses infelizes que serviram de instrumentos de Bolsonaro e seus generais, bem como de empresários que financiaram a revolta. Essa fração da política burguesa não teve condição de impedir o processo, julgamento e prisão do ex-presidente Bolsonaro, ex-ministros da Casa Civil e da Defesa Walter Braga Netto, ex-chefe da ABIN Alexandre Ramagem, entre outros. Por sua vez, fracassou o movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita desenvolvida pelos bolsonaristas e setores da classe capitalista. Nesse caso, o Partido Liberal (PL) não teve força para levar o Congresso Nacional a se sobrepor ao STF. A anistia seria a anulação da condenação pela via da política parlamentar. É nesse terreno que germinou o PL da Dosimetria. Sob a justificativa do STF de que essa medida contrariava a norma jurídica que estabelece o caráter do crime. Ou seja, que distingue o conteúdo e o grau da violência.

Bolsonaro e seus asseclas foram condenados por atentado ao Estado de Direito pela via da abolição golpista. Lula não só seguiu seus interesses políticos como os assentou na regra constitucional e no Código Penal. Os bolsonaristas e aliados, que contam com o apoio de Donald Trump, buscam a todo o custo manter no alto a figura de Jair Bolsonaro, cuja importância eleitoral lhe faculta unir até cento ponto a ultradireita e a direita. Os privilégios de preso político são descarados. O STF não conseguiu reduzir as pressões dessa fração burguesa que passou a se projetar na política de Estado com o golpe institucional que derrubou o governo de Dilma Rousseff e facilitou a campanha “anticorrupção” da Operação Lava Jato. Não por acaso, o ex-juiz Sérgio Moro, que se tornou senador, pivô da Lava Jato, brilhou tanto no caso da rejeição a Jorge Messias quanto no da Dosimetria.

Em nome de enfermidades, Bolsonaro voltou à prisão domiciliar, depois de ter sido trancafiado no presídio da Papudinha em razão de sua fracassada tentativa de fuga. O ex-presidente golpista, como se constata, está cercado de um poderoso esquema de proteção política à espera do momento de se livrar da condenação e da prisão. O PL que congrega a maior parte das igrejas evangélicas necessita de Bolsonaro, uma vez que não tem outro cacique eleitoral. Está em curso a retomada da polarização entre Bolsonaro e Lula.

A direita teve de aceitar a indicação de Flávio Bolsonaro como candidato presidencial. A renúncia do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e seu apoio a Flávio consolidou a polarização. As candidaturas desse espectro da direita – Ronaldo Caiado, governador de Goiás (ex-União Brasil e neófito no PDS) e Romeu Zema, governador de Minas Gerais (Partido Novo) – é uma tática que resultará em apoio a Flávio caso se consolide na disputa de segundo turno. Abundam pesquisas que indicam o declínio de

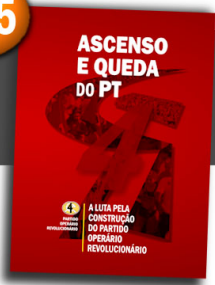
Adquira com o distribuidor:

R\$35

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Lula e a elevação de Flávio. A ultradireita e direita prometem ditar a anistia a Bolsonaro, se Lula for derrotado. Contam com a benção de Trump. É bom lembrar que o chefe do imperialismo norte-americano impôs uma punição ao ministro do STF Alexandre de Moraes, ao ministro da Saúde Alexandre Padilha e ao Advogado-Geral da União (AGU) Jorge Messias, recorrendo à Lei Magnitsky.

Essa intromissão do imperialismo nas instituições do Estado brasileiro tão somente expôs o servilismo do país aos Estados Unidos, que perdura mais de um século. Não há dúvida de que a rejeição de Messias e a derrubada do veto de Lula à Lei da Dosimetria vão ao encontro aos interesses do imperialismo. Ao mesmo tempo, expõem as debilidades do governo nacional-reformista de frente ampla.

O PT e aliados ficaram acuados. Não foram capazes de qualquer gesto de mobilização e insubordinação ao Congresso Nacional oligárquico, plenamente controlado pela aliança da ultradireita com os espectros da direita burguesas. A principal explicação é de que estão comprometidos de corpo e alma com as eleições. Não têm como recorrer à mobilização das massas contra a ofensiva da ultradireita e direita. Daqui para frente, a onda da disputa eleitoral tende a crescer.

O PL e os chefes das igrejas evangélicas estão a todo vapor movimentando seus aparatos para ampliar a canalização dos explorados inconscientes e amarrados pela pobreza ao obscurantismo religioso. Certamente, as duas vitórias da oposição no Congresso Nacional não pesarão decisivamente no curso eleitoral, mas já estão servindo à unidade da ultradireita e direita, que ganha confiança na possibilidade de vitória no segundo turno. O PT e aliados retomam o velho argumento de defesa da democracia, ocultando que se trata de um regime político de dominação burguesa e que não tem como cumprir nenhum papel progressivo dado seu caráter oligárquico e dada a impossibilidade de reformas do capitalismo em decomposição.

A classe operária e demais explorados vêm pagando caro pelas contrarreformas que avançaram nos governos de Temer e Bolsonaro, e que continuam vigentes sob o governo Lula. O desastre do governo nacional-reformista diante da maioria oprimida está justamente no fato de Lula dar continuidade às contrarreformas, embora se utilize do assistencialismo e de medidas paliativas. O essencial está em que a classe operária e demais explorados, que incluem vastas camadas da juventude trabalhadora, sofrem com o desemprego, a informalidade e a destruição de antigas conquistas trabalhistas.

A bandeira de fim da escala 6X1 e redução da jornada de trabalho entusiasmou os assalariados. No entanto, a decisão do Congresso Nacional seguirá as exigências dos capitalistas, que por meio de suas associações empresariais já impuseram os limites de sua aprovação. As centrais, sindicatos e movimentos populares se negaram a organizar um poderoso movimento de forma a poupar o governo Lula e, assim, deixaram o campo aberto às ações antio-perárias da Fiesp, CNI e outras entidades patronais. A orientação que se mostra visível na conduta das direções sindicais é a de evitar o choque de setores da burguesia pró-Bolsonaro com o governo Lula.

A decisão das centrais sindicais de pulverizarem o 1º de Maio e impossibilitarem manifestações de massa estão de acordo com o seguidismo eleitoral e o encolhimento diante da ofensiva da ultradireita e direita, como se transpareceu nas derrotas de Lula no Congresso Nacional e seu encolhimento diante do aumento das pressões do imperialismo norte-americano sobre o Estado nacional. É sintomático que as centrais sindicais tenham decidido convocar uma manifestação no dia 30 de maio em defesa do fim da escala 6x1. Há um ditado que diz que antes tarde do que nunca. O problema está em que os capitalistas estão à frente se movimentando contra o fim da escala 6x1 e ganharam terreno com o jogo de deformar completamente a reivindicação do fim da escala 6x1 com redução da jornada. Lula, petistas e aliados estão vendo que se perderem a iniciativa dessas bandeiras poderão perder ainda mais influência em uma importante camada da juventude, que padece com a informalidade e a terceirização. Não há como desvincular a crise política da quebra do governo Lula, da retomada da ofensiva da ultradireita e direita, bem como das consequências nefastas da política de conciliação de classes.

O fundamental da crise política se encontra na desorganização da classe operária e dos demais trabalhadores. A revolta latente nos locais de trabalho é visível. O gigantesco endividamento da classe média e de camadas da classe operária tornam mais grave a angústia das famílias que se veem diante do precipício social.

A vanguarda com consciência de classe deve pacientemente compreender o retrocesso sofrido pela classe operária e trabalhar no sentido assinalado pelo instinto de revolta. É, até certo ponto, inevitável que as disputas interburguesas em torno às eleições condicionem no próximo período a luta de classes. A ultradireita e direita já estão se valendo, não só por meio de seus aparatos partidários

e empresariais, como também religiosos, para canalizarem politicamente o descontentamento da maioria oprimida. A esquerda e centro-esquerda, alinhadas ao governo Lula, se ressentem do fato de não poderem contar com as denominadas “reformas populares” e da burguesia vir impondo dia a dia as contrarreformas. Tudo indica que a situação econômica e social do Brasil seguirá o curso do agravamento mundial potencializado pela guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã, o prolongamento da guerra na Ucrânia e o impulso das tendências bélicas em toda a parte, inclusive a que se desponha no Brasil.

A luta pela independência da classe operária diante da dominação burguesa e da política de conciliação de classes da burocracia sindical está na razão direta de a vanguarda com consciência de classe trabalhar a fundo no seio dos explorados pelo programa próprio dos oprimidos, pela estratégia da revolução social, pela unidade dos explorados e pela frente única anti-imperialista. Ganha maior necessidade ainda a bandeira que o POR vem desenvolvendo de convocação pelas centrais, sindicatos e movimento de um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua, contraposto à movimentação eleitoral e voltado a impulsionar o método da ação direta. Essa é a via da luta de classes para combater a ultradireita e direita francamente pró-imperialista, e se emancipar da política pró-burguesa do nacional-reformismo materializada no governo Lula e sustentada pela conciliação de classe imposta pela burocracia às organizações sindicais e populares.

FEMINICÍDIO NO BRASIL

Sem evidenciar as raízes de classe da opressão, não há como de fato combater pelo fim do feminicídio e de toda forma de violência à mulher

O feminicídio no Brasil alcançou, em 2025, patamares nunca antes vistos, chegando a um novo recorde histórico desde 2015, quando foram iniciados os primeiros registros, de forma sistemática, através de estatísticas oficiais. Até 2015, os assassinatos de mulheres eram contabilizados como homicídios dolosos comuns.

Os dados divulgados em março de 2026 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que 1.568 mulheres foram mortas por razões de “gênero” em 2025, um aumento de 4,7% em relação a 2024, com uma média de quatro mulheres assassinadas por dia.

O levantamento de 2026 mostrou que 8 em cada 10 casos são cometidos por parceiros ou ex-companheiros. A maioria ocorre em ambiente doméstico (65% a 66%) e 62,6% das vítimas são mulheres negras, a maioria das vítimas são jovens e adultas, em idade reprodutiva, concentrando-se na faixa de 20 a 49 anos e de baixa escolaridade.

O Estado de São Paulo alcançou a marca de 86 feminicídios entre janeiro e março de 2026. Houve uma alta de 41% em comparação com o mesmo período de 2025. A coronel Glauce Anselmo Cavalli, que acabou de tomar posse no cargo de comandante da Polícia Militar, louvado pela imprensa como a primeira mulher a ocupar o topo da cadeia de comando, prometeu pôr em prática patrulhas inteiramente dedicadas a atender ao chamado de socorro da mulher ameaçada ou agredida. Nesse mesmo momento, se informou que aumentou o número de estupros nesse mesmo período.

Identificamos, somente através destes dados, o grau de violência estrutural que vem se estabelecendo no interior das relações sociais, atingindo principalmente as camadas mais pobres da população. São mulheres trabalhadoras, de origem operária, que sofrem no dia a dia com dupla jornada de trabalho, baixos salários e convivem em seu ambiente doméstico com uma violência resultante da opressão, que no fundo é de classe.

O movimento feminista vem tratando desse fenômeno através de medidas legislativas: - como a Lei 14.994/2024, que sanciona para tornar o feminicídio um crime autônomo e não apenas qualificado como homicídio, aumentando a pena mínima para 20 anos, podendo chegar a 40 anos de prisão; - e a lei 15.123/2025, que agravou a pena para crimes de violência psicológica contra a mulher que utilizam tecnologias para alterar imagem ou voz.

Ainda, a luta do movimento feminista tem se dado no âmbito das políticas públicas, para aumentar a eficácia das medidas protetivas; combate à misoginia e monitoramento ativo.

O governo federal lançou o “Pacto Nacional contra o Feminicídio”, dando foco na prisão de agressores com mandatos em aberto.

A partir dessas informações devemos perguntar: Qual a origem, a raiz, desse grau de violência estrutural e qual o significado dessas políticas praticadas pelos movimentos das mulheres?

Há um equívoco muito grande quando o movimento feminista limita a opressão das mulheres a partir da relação de gênero, colocando no homem em si a causa de sua violência e assim desconhecendo os fatores de classe determinantes próprios do capitalismo, de sua fase de decomposição e de avanço da barbárie moderna. Ao se afirmar que o feminicídio se constitui numa violência estrutural, é necessário evidenciar a origem dessa opressão nas relações sociais e, em como o lugar da mulher foi se constituindo nas sociedades de classe. A opressão sobre a mulher não é um fato biológico ou natural, nem um fato resultante das relações individuais entre homens e mulheres, mas produto histórico do surgimento de classes sociais e da necessidade de herança da propriedade; o que determina a natureza da família patriarcal e da camisa de força da monogamia com toda sua carga moral-religiosa.

Estando claros os fundamentos históricos da opressão sofrida pela mulher, tem-se de investigar como, na sociedade capitalista, as relações sociais de classe estão constituídas. A propriedade privada dos meios de produção (máquinas, terras etc.) está nas mãos da burguesia e com ela toda a riqueza produzida pelos explorados; restando aos trabalhadores, homens e mulheres despojados de bens, operários da produção, apenas viver, em troca de seu trabalho, de um salário mensal.

Nesse aspecto, portanto, tanto os homens quanto as mulheres operárias na sociedade capitalista são oprimidos por sua condição de classe. A luta pela liberdade e pela vida se constitui em luta das classes sociais antagônicas na relação de produção. A opressão e a desigualdade não têm sua origem nos indivíduos. Tem sua origem nas relações sociais e em como se constitui a propriedade privada.

Tomando isso como ponto de partida, o Partido Operário Revolucionário afirma que a opressão de classe coloca homens e mulheres operários no mesmo campo de luta, é na luta do proletariado pela sua emancipação, pela superação de sua condição de classe oprimida, que se combate a discriminação social e todo tipo de violência descarregada sobre a mulher.

Há um equívoco quando o Movimento Feminista apresenta a opressão sobre a mulher e o fenômeno do feminicídio como sendo uma violência estrutural assentada na opressão dos homens con-

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

tra as mulheres, enquadrados grosseiramente como violência de “gênero”. E de que a luta se constitui em medidas punitivas e de controle, sem apresentar a via pela qual a mulher se libertará da longa cadeia de opressão, que teve origem na primeira etapa histórica das sociedades de classe, do escravismo ao capitalismo.

O Estado e a democracia burgueses o máximo que podem fazer é reconhecer a discriminação e a violência sofrida pela mulher. Não faltam leis que criminalizam as ações e atitudes prepotentes do homem diante da mulher. Não falta o reconhecimento de que não basta a criminalização e de que é preciso elevar a cultura do homem para a igualdade de “gênero”. Tais progressos na mentalidade burguesa e pequeno burguesa, no entanto, acabam servindo à ocultação das raízes de classe da tragédia vivida pela imensa maioria das mulheres trabalhadoras.

O movimento feminista se estaca e se esgota na soleira das relações capitalistas de reprodução das múltiplas formas de opressão de classe. Imobiliza-se diante da discriminação no emprego, da dupla jornada de trabalho imposta à maioria das trabalhadoras, da pobreza e miséria que consomem a vida das famílias que sobrevivem da venda de sua força de trabalho e que quase sempre se deparam com o desemprego e informalidade. Os profundos desequilíbrios na vida tormentosa das famílias operárias, sobretudo, ditam o curso das relações entre o homem e a mulher.

Não é surpreendente que no seio da família oprimida se gesta a maior parte das enfermidades sociais, entre elas o feminicídio e o estupro, e que se manifestam em todo o tecido social do capitalismo em decomposição. Não pode haver dúvida, subterfúgio e vacilação quanto à necessidade absoluta de expor o caráter de classe da opressão sobre a mulher, desmascarar a demagogia do feminismo burguês e pequeno burguês, organizar a luta pelas reivindicações particulares da mulher oprimida, trabalhar pela unidade da classe operária, que é formada de mulheres e homens, desenvolver o método da ação direta, impulsionar a organização independente diante da política burguesa e caminhar no sentido do programa da revolução social, do fim do capitalismo e do nascimento da sociedade socialista.

No capitalismo, a mulher não terá como se livrar das violências do dia a dia. Suas conquistas virão da luta de classes, como parte da luta de todos os explorados contra os exploradores, seu Estado e sua política de dominação. As cadeias que aprisionam a mulher na família reprodutora das opressões serão rompidas no caminho da revolução social. A emancipação da mulher é parte da revolução proletária.

Pernambuco: Sete mortos e quase 10 mil desabrigados, após temporal no Dia do Trabalhador

Nas primeiras horas do dia, Recife e a região metropolitana já estavam com vários pontos de alagamento, o que levou as organizações a suspenderem o ato do 1º de maio. Com a continuidade do temporal, a defesa civil emitiu alertas indicando que quem estivesse em áreas de risco deveria se direcionar a abrigos da prefeitura e os demais deveriam ficar em casa.

Os deslizamentos de barreiras deixaram vítimas fatais. No bairro de Dois Unidos, morreram soterrados a jovem Jaqueline, de 25 anos e seus dois filhos de sete anos e 1 ano e 7 meses. Em Olinda, a jovem Bruna da Silva e seu bebê de seis meses tiveram o mesmo fim. Em São Lourenço da Mata, um homem de 34 anos morreu afogado, após ser arrastado pela enchente. Um idoso de 70 anos morreu após se jogar no rio Beberibe e ser arrastado pela correnteza, mas não entrou nas estatísticas oficiais.

As famílias que foram para os abrigos públicos têm se queixado de estarem sendo despejadas sem que tenham para onde ir. O período chuvoso está apenas iniciando, voltar para os bairros de origem é inseguro e traumático. Em 2022, a temporada de fortes chuvas se encerrou com 133 mortos.



co é suficiente para justificar as mortes. A causa principal é social, deve-se à brutal exploração da força de trabalho, aos baixos salários e à desigualdade social extrema. A urbanização precária da cidade do Recife tem raízes profundas em nossa formação social, na estrutura agrária controlada pelo latifúndio, na expulsão de trabalhadores do campo para a cidade sem a garantia de empregos protegidos e com baixos salários. A urbanização da cidade se deu expulsando a população negra e pobre de seus mocambos e as

deslocando para as áreas na beira dos rios ou nos morros, sujeitos a inundações e deslizamentos. A população pobre continua a ser deslocada para ceder espaço a obras e reformas urbanas elitistas.

A raiz da tragédia está na apropriação privada da riqueza produzida, concentrada em poucas mãos, deixando a imensa maioria da população na miséria. O desemprego, informalidade e os baixos salários obrigam as famílias trabalhadoras a viverem em áreas inseguras. A especulação imobiliária faz com que milhares de imóveis permaneçam fechados, mesmo acumulando dívidas em impostos com a prefeitura, enquanto o déficit habitacional é de mais de 54 mil casas.

As perspectivas futuras, considerando o colapso ambiental do planeta, são sombrias. Recife é uma das cidades brasileiras mais vulneráveis, justamente pela combinação da geografia com a desigualdade social.

Tragédia não tem causas naturais

A intensidade das chuvas não explica a sua letalidade. A geografia do Recife, com topografia baixa e morros íngremes tampou-

Eleitoralismo e falsas promessas

No sábado, dia 2, a governadora Raquel Lyra declarou situação de emergência em 27 municípios. Após visita do ministro do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, o governo federal reconheceu o estado de emergência em 23 municípios. Em clima de campanha, os políticos correm para encenar preocupação. Sobrevoam as áreas de helicóptero, aparecem com os pés na lama e acusam-se

mutuamente. Situacionistas exaltam suas obras mitigadoras. Opositores prometem solucionar os problemas.

O fato é que não há como separar a questão urbana, da moradia, da contradição entre capital e trabalho, entre a burguesia e proletariado. Por isso, é preciso vincular as lutas imediatas – por obras públicas de urbanização e construção de moradias, que todas as famílias desabrigadas sejam assistidas até que tenham um lugar seguro para voltar – com a estratégia revolucionária.

Por um 1º de Maio operário, socialista e internacionalista!

Que o 1º de Maio expresse a necessidade urgente de constituir a frente única anti-imperialista!

Que o 1º de Maio levante o programa próprio da classe operária e dos demais trabalhadores em defesa das suas condições de existência!

Que o 1º de Maio dê um passo no sentido da convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua!

Pela unidade operária e camponesa para combater toda forma de opressão capitalista!

Pela organização da luta de classes sob o programa e a estratégia da revolução social!

A carnificina dos palestinos na Faixa de Gaza. Os ataques mortíferos no Líbano. A guerra devastadora contra o Irã. O prolongamento da guerra sangrenta na Ucrânia. As virulentas guerras civis no Sudão, República Democrática do Congo, Somália e Mali. A intervenção militar e o sequestro do presidente Nicolás Maduro na Venezuela. O recrudescimento da guerra civil na Colômbia. O brutal cerco econômico a Cuba. De conjunto, esses acontecimentos indicam a ofensiva militarista dos Estados Unidos e o impulso à escalada militar na Europa e Ásia. Têm em comum a guerra comercial lançada pelo governo Trump. Guerra comercial essa que se direciona, principalmente, contra a ascensão econômica da China. O Brasil se encontra na mira do imperialismo norte-americano. A América Latina como um todo está sob a pressão do poderio econômico e militar dos Estados Unidos. As consequências da guerra comercial, da escalada militar e das guerras de dominação recaem sobre a classe operária e a maioria oprimida em todo o mundo.

Somente a classe operária organizada e como direção da luta da maioria oprimida pode enfrentar a voracidade do imperialismo estadunidense e de seus aliados, bem como combater a subserviência dos governantes servçais. Esse é o princípio de classe do 1º de Maio e a tarefa objetiva de pôr em marcha um movimento anti-imperialista e anticapitalista.

O 1º de Maio é operário porque a classe operária é a força social historicamente capaz de combater todas as formas de opressão que emergem do capitalismo, de enfrentar a ditadura de classe da burguesia e de se levantar no terreno da luta pela constituição de um governo revolucionário.

O 1º de Maio é socialista porque a essência de seu conteúdo de classe é o de transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. O capitalismo da fase imperialista

subsiste nas condições de decomposição econômica e social. O seu alto desenvolvimento elevou ao ponto máximo a concentração de riqueza em poder de uma casta burguesa e a expansão da pobreza e miséria da imensa maioria trabalhadora. Desde a Primeira Guerra Mundial, se tornou patente que o capitalismo havia entrado na sua fase última de desenvolvimento, cujas contradições resultam em guerras, revoluções e contrarrevoluções. É o que se manifesta na atualidade com a predominância das tendências destrutivas encarnadas, sobretudo, pelos Estados Unidos, que saíram como a maior potência da Segunda Guerra e conseguiram com a capitulação da burocracia estalinista da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) avançar a contrarrevolução e estabelecer um novo período de guerras. Faz parte desse problema catastrófico o processo de restauração capitalista na China e, portanto, os retrocessos nas conquistas das revoluções proletárias.

O 1º de Maio é internacionalista porque a classe operária é internacional e a revolução socialista iniciada em um país é nacional por sua forma e internacional por seu conteúdo. As particularidades da luta de classes no Brasil confluem com as necessidades gerais da classe operária mundial. A burguesia é uma classe internacional que explora em todo o mundo a classe operária, submetendo-a de acordo com as particularidades do desenvolvimento econômico de cada país. O imperialismo corresponde à internacionalização mais ampla e avançada, de forma que a pequena minoria de potências subordina e saqueia economicamente a maioria dos países capitalistas de economia atrasada, semicolonial. O domínio imperialista e a subordinação semicolonial é de ordem mundial.

A revolução social, uma vez vitoriosa, rompe um dos elos da cadeia mundial do capitalismo, como demonstram as experiências da Revolução Russa e Chinesa, sobretudo. Nesse mesmo sentido,

mas ao contrário, a restauração capitalista restabelece o elo rompido e interrompe a transição do capitalismo ao socialismo, que só pode se impor definitivamente em nível mundial. A guerra que os Estados Unidos travam em qualquer parte do mundo evidencia um dos elos da cadeia de dominação geral. É o que se observa na intervenção na Venezuela, cujos reflexos atingem a América Latina e daí os demais continentes.

Quanto maior for a unidade da classe operária e da maioria oprimida no combate às guerras de dominação, mais internacionalizada será a luta anti-imperialista e anticapitalista. Quanto maior for a unidade da classe operária em defesa de seus programa de reivindicações, mais força terá a luta de classes dos oprimidos contra seus opressores. Quanto maior for a unidade da classe operária em defesa de seus irmãos em qualquer parte do mundo, mais poderosa será a marcha da revolução social.

Neste 1º de Maio, as centrais sindicais brasileiras decidiram que não haveria manifestações centralizadas e, assim, inviabilizaram a unidade operária e dos demais trabalhadores em defesa de suas condições de existência e em defesa das nações oprimidas contra as guerras de dominação. Não se trata, obviamente, de uma medida antioperária nova. Há muito a burocracia sindical tem transformado o 1º de Maio em festividades. Há muito se esvaziou o seu conteúdo operário, socialista e internacionalista. Nas últimas décadas, o PT e a CUT têm sido os principais responsáveis pelo desfiguramento e desmonte do 1º de Maio. As demais variantes partidárias vinculadas ao Estado burguês e ao sindicalismo se sentem confortáveis por não terem de resistir às pressões da luta de classes. O divisionismo sindical e político da classe operária corresponde à influência da política burguesa sobre os assalariados e os demais oprimidos do campo. As correntes de esquerda que se reivindicam do socialismo, por sua vez, se encontram adaptadas ao divisionismo e o reforçam. São incapazes de pôr de lado o seu aparatismo e lutar por um 1º de Maio operário, socialista e internacionalista.

É bem provável que em outros países os explorados se manifestem nas ruas, condenem as guerras de dominação, defendam as nações oprimidas e levantem as reivindicações contrárias ao

desemprego, ao subemprego, aos baixos salários e, assim, se coloquem pelo fim da miséria e fome. Mesmo que as manifestações sejam limitadas pela política das direções sindicais adaptadas ao capitalismo, a classe operária fará do 1º de Maio um momento de contestação aos governantes e à burguesia. Se assim ocorrer, ficará mais visível a traição das direções que comandam a maior parte dos sindicatos, a CUT, a Força Sindical, a CTB e UGT, entre outras.

Quanto à situação internacional, é dever da vanguarda com consciência de classe levantar as bandeiras de defesa incondicional das nações oprimidas, todo apoio à resistência anti-imperialista e pela derrota dos Estados Unidos, Israel e aliados.

Quanto à situação nacional, é dever da vanguarda com consciência de classe levantar as bandeiras de defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e direitos políticos como o direito irrestrito de greve. Levantar a bandeira de derrubada das contrarreformas –trabalhista, previdenciária, terceirização e administrativa. No momento, está posta a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários e fim da escala 6X1. Está posta a defesa do salário mínimo vital e a rejeição do salário mínimo de fome do governo Lula. Está posta a luta contra todo tipo de opressão às mulheres, negros e homossexuais, como tarefa imediata e parte do programa da revolução social. É obrigatório denunciar e rechaçar qualquer uso do 1º de Maio para fins e interesses eleitorais.

O Partido Operário Revolucionário (POR) fez campanha nas portas de fábricas com o Boletim Nossa Classe defendendo o 1º de Maio internacionalista, operário e socialista. Denunciando a burocracia sindical que faz do 1º de Maio um dia festivo, governista e eleitoral. Levantando a bandeira do 1º de Maio de luta, independente dos patrões e dos governos burgueses. Essa campanha foi realizada também com colagem de cartazes nos corredores fabris. No 6º Congresso da CSP-Conlutas, os delegados do POR fizeram um chamado para que seus sindicatos se colocassem pelo 1º de Maio unificado, classista e internacionalista.

Viva o 1º de Maio de luta de classes!

Viva o 1º de Maio operário, socialista e internacionalista!

Intervenção do POR no 1º de Maio

São Paulo

Ato convocado pela CSP-Conlutas

A manifestação ocorreu na Praça da República. Reuniu cerca de 1000 pessoas, grande parte vinculada às correntes de esquerda. Convocado pela CSP-Conlutas, tendo o PSTU como corrente majoritária, o ato esteve inteiramente sob seu controle. O formato repetiu o de outras manifestações: primeiro falam os representantes de sindicatos, dos movimentos populares e, por último, dos partidos.

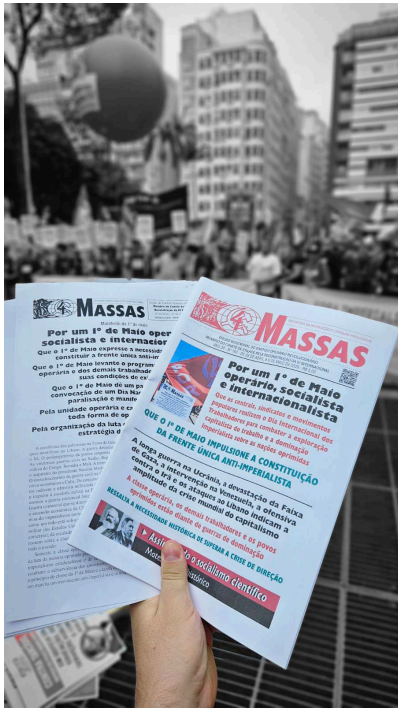
Todos que intervieram criticaram a decisão da Justiça de criminalizar o dirigente do PSTU, José Maria, por ter denunciado o genocídio do povo palestino pelo Estado sionista de Israel. José Maria, quase no final do ato, fez uma fala agradecendo a solidariedade, narrando a sentença judicial de dois anos de prisão e dizendo que o partido combinará as mobilizações com ações judiciais para responder. Ao mesmo tempo, denunciou que outros militantes estão também sendo punidos por combater o sionismo. Outra fala comum foi a da defesa das greves em curso, dos professores municipais de São Paulo, estudantes da USP e Técnicos Administrativos das Universidades Federais, conclamando que os governos atendam as reivindicações dos grevistas.

Da mesma forma, a maioria das falas fez referência à interceptação das Forças militares de Israel à flotilha, que levava suprimentos à Faixa de Gaza, bem como a prisão de ativistas. E a resposta era a de o governo Lula romper as relações com Israel e se colocar pela libertação dos detidos. Outros militantes aproveitaram para denunciar o seminário organizado pelo governo Lula sobre antissemitismo com dirigentes da CONIB pró-sionismo. Essas falas eram intercaladas com os gritos de “Palestina livre do rio ao mar”, bandeira das correntes centristas.

ADQUIRA 

**COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS**





Lamentavelmente, as correntes como MRT e MPR compareceram com os bumbos, que eram interrompidos somente quando os dirigentes do ato pediam para que parassem os batuques e ouvissem os pronunciamentos políticos. Reproduzindo, assim, o caráter festivo que têm dado aos atos dos trabalhadores.

Por toda a Praça, foram erguidas faixas e levantadas as bandeiras em defesa das reivindicações dos explorados. O Partido Operário Revolucionário (POR), PSTU e outras correntes expuseram suas publicações. O POR, ao lado da banca de materiais, esticou a faixa em defesa da Frente Única Anti-imperialista.

E seus militantes se concentraram em torno às bandeiras do partido no centro da manifestação.

O PSTU mobilizou os operários de São José dos Campos, por meio do Sindicato Metalúrgico. Organizou um coluna, com as faixas e cartazes trazendo as bandeiras de fim da escala 6X1, sobretudo, e os operários em frente ao carro de som. Ao lado, havia o bloco da Luta popular, com moradores da ocupação de Queixada e trabalhadores sem-terra do interior do estado, que portavam a reivindicação do MST (PT) de reforma agrária. A quase totalidade das intervenções foram, direta ou indiretamente, para a defesa das posições do PSTU. Estavam centradas nas reivindicações de fim da escala 6X1 e jornada de 36 horas. E em críticas ao Congresso Nacional, ao avanço da extrema direita e à submissão do governo Lula aos interesses da burguesia.

No ato também não faltaram os discursos em relação às eleições. O PSTU trouxe seu candidato Hertz Dias, com o discurso de que é preciso intervir nas ruas e nas eleições. Denunciou a ação do imperialismo e enumerou as reivindicações da chamada “classe trabalhadora”. O MPR (Movimento por uma Partido Revolucionário), a mais recente cisão do PSTU, aproveitou para se diferenciar, chamando o voto nulo no primeiro e segundo turnos. Ficou evidente que não poderiam deixar de usar o 1º de Maio para a campanha eleitoral.

Em relação à condenação ao imperialismo norte-americano, as intervenções eram consensuais. As diferenças apareciam quando se tratava da guerra na Ucrânia, onde a posição dos centristas, materializada com mais clareza na colocação da ex-candidata do PSTU à presidência da República, Vera Lúcia, que disse que era preciso defender o povo ucraniano contra o ataque militar do governo russo, sem fazer nenhuma menção ao imperialismo norte-americano e à OTAN. E quando se tratava da crítica à intervenção dos Estados Unidos na Venezuela e no Irã, sem fazer a defesa incondicional da nação oprimida.

O POR, por sua vez, se diferenciou em relação à guerra na Ucrânia e na defesa incondicional das nações oprimidas, bem como, fundamentalmente, na tática para enfrentar o imperialismo, conclamando que as centrais, sindicatos e movimentos se coloquem por constituir a frente única anti-imperialista. Enfatizou a necessidade de organizar o movimento de combate à ofensiva mundial dos Estados Unidos, erguendo a frente única anti-imperialista. Fez a defesa de que a manifestação do 1º de Maio se colocasse pela con-

tinuidade da luta pelo programa próprio de reivindicação. O que exigia dos sindicatos, centrais e movimentos a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua. O camarada do POR encerrou com um Viva ao 1º de Maio operário, socialista e internacionalista!

O POR distribuiu o Manifesto do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) e o Manifesto da seção brasileira. A militância levantou as bandeiras do partido e interveio divulgando o Jornal Massas entre os participantes. Seu pronunciamento no carro de som esteve em oposição às falas das correntes centristas. Reproduzimos abaixo o pronunciamento.

Pronunciamento do POR

Companheiros e companheiras, falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Em primeiro lugar, é bastante sintomático que o companheiro Zé Maria, que foi preso durante a ditadura militar, esteja sendo novamente ameaçado de prisão, por conta da defesa que realizou e realiza dos palestinos - que estão diante de um genocídio. E para ir além da denúncia, é preciso responder politicamente à ameaça de prisão, que não atinge somente o companheiro, mas o conjunto de militantes e ativistas. Essa perseguição política é expressão da ação do sionismo - que busca calar a voz dos oprimidos, que combatem no mundo todo contra a exploração, contra o genocídio, contra a intervenção imperialista, contra o saque das riquezas naturais etc.

Diante disso, o POR defende que a melhor maneira de responder à condenação do camarada Zé Maria e de todos os outros é erguendo a frente única anti-imperialista, com o programa e a direção da classe operária, levantando os oprimidos no campo da independência de classe, partindo das suas reivindicações elementares.

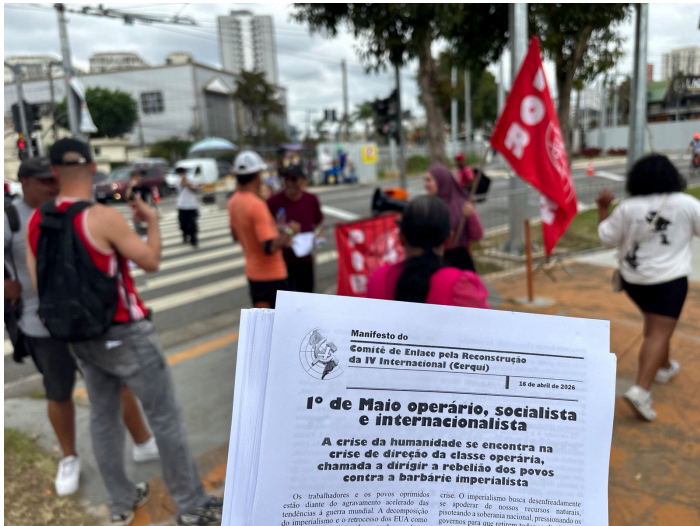
Em segundo lugar, é necessário, junto à frente única anti-imperialista, erguer aqui no Brasil um Dia Nacional de Luta. Por que, companheiros? Porque o capitalismo em crise empurra a humanidade para a barbárie. E os oprimidos, os explorados, resistem. Resistem como podem, apesar da profunda crise de direção revolucionária. Há o exemplo da greve dos municipais de São Paulo, a educação Municipal de Belo Horizonte também, os estudantes da USP... Enfim, o que está colocado é a unificação desses movimentos com o Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos massivos, para caminhar em direção à greve geral.

Por último, é uma vergonha um 1º de Maio dividido e fragmentado como temos hoje. O POR defendeu e continua defendendo: o 1º de Maio tem de ser operário! Tem de ser socialista! E tem de ser internacionalista!

Viva a luta dos trabalhadores! A tarefa é partir desse 1º de Maio e erguer a luta em defesa do socialismo, com a luta pela revolução proletária. Viva a luta! Viva o socialismo!

São Paulo – ABC

No ABC, o POR fez uma campanha por um 1º de Maio de luta, independente dos patrões e governos burgueses, que contou com colagem de cartazes em corredores fabris e distribuição do Boletim Nossa Classe em diversas fábricas da região, como a Mercedes-Benz, Volkswagen, General Motors, Braskem e Bridgestone. Considerando a não convocação do 1º de Maio na Praça da Sé e a fragmentação dos atos, a partir do SinTUFABC tentamos articular a construção de um ato no ABC, mas não foi possível, de maneira que apoiamos a construção de um bloco do SinTUFABC no ato da CSP-Conlutas em São Paulo.



Ainda assim, no 1º de Maio, ocorreram dois atos no ABC Paulista, ambos na cidade de São Bernardo do Campo e intervimos em ambos. A oposição sindical à atual direção do Sindserv-SBC chamou um ato para o período da manhã na Praça da Matriz. O POR compareceu ao ato, no qual distribuimos os Manifestos Massas/POR e do CERQUI, montamos a banca com nossas publicações (Jornal Massas, folhetos, livros e boletins) e falamos na caixa de som. O tempo das falas era livre, mas, especificamente nas intervenções dos militantes do POR, a coordenação do ato chamou nossa atenção, pedindo para concluirmos. Ao final desse ato, um grupo chamou a palavra de ordem “agora é associação”, indicando o interesse divisionista de criar uma organização paralela ao Sindserv, o que entendemos como um caminho equivocado para derrotar a direção sindical burocrática e retomar o sindicato pela base.

Em nossos pronunciamentos destacamos: a defesa de um 1º de Maio independente dos patrões e governos burgueses, internacionalista e socialista; a origem operária do 1º de Maio; as lutas em curso, como as greves da Fasubra e da USP; o caminho da ação direta coletiva, apontado pelos indígenas no Pará; nenhuma ilusão nas eleições burguesas e nas disputas interburguesas; contra as guerras de dominação e em defesa da autodeterminação das nações oprimidas; constituir a frente única anti-imperialista e a oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla; pela convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, com assembleias nos locais de trabalho, estudo e moradia.

Em outro pronunciamento, falamos sobre a Greve Nacional dos TAEs na UFABC, combatemos a manobra da Direção do Sindserv-SBC, reforçando a grande disposição de luta na base da categoria, que mesmo com a direção sindical atuando para enterrar a campanha salarial, compareceu massivamente na assembleia para rejeitar a proposta da prefeitura. Ressaltamos a importância do ato de luta e nos solidarizamos com o companheiro Zé Maria, condenado por criticar o Estado sionista de Israel. Por fim, criticamos o divisionismo imposto pelos governos e burocracias sindicais, defendendo a unidade dos explorados sob a base do salário-mínimo vital.

Com a finalização do ato, nos dirigimos ao evento no Paço Municipal convocado por 26 sindicatos da região. O ato-show estava completamente cercado por tapumes, até a passarela que permitia ver o evento do lado de fora foi fechada, e os vendedores ambulantes foram retirados dos arredores pela GCM, sendo obrigados a ficar no mínimo do outro lado da rua. Como se vê, era uma estrutura de evento privado, onde havia até área vip. Apesar do pão e circo promovido pelas burocracias sindicais, o evento contou com milhares de pessoas, incluindo diversos operários, estudantes e explorados em geral. Identificamos jovens contratados pela bu-

rocracia sindical da Apeoesp central entregando um panfleto da Bebel contra a escala 6x1, uma impostura completa.

A intervenção do POR na entrada do evento foi fundamental para denunciar as burocracias colaboracionistas e apresentar a política proletária. Neste local, distribuimos os manifestos do partido, montamos a banca, e realizamos agitação no megafone denunciando o ato festivo, governista e eleitoreiro, colocando a necessidade da organização independente dos explorados contra as guerras de dominação e a escala 6x1, pela redução da jornada sem redução salarial e por um salário-mínimo vital. Vale destacar que ao perceber nossa intervenção, instintivamente um trabalhador mostrou concordância, declarando a necessidade de reduzir a jornada sem reduzir o salário e de acabar com o banco de horas.

Pronunciamento

Falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Estamos também com o boletim Nossa Classe, que distribuimos nas fábricas para organizar a classe operária e todos os explorados para combater o capitalismo, fazendo o chamado para o 1º de maio. Nele estamos defendendo o 1º de maio internacionalista, operário, socialista. O 1º de maio que se coloque de forma independente dos patrões e dos governos burgueses.

No Manifesto que também distribuimos, deixamos clara a necessidade de combater o 1º de maio festivo, eleitoreiro e governista, que está sendo organizado pelas centrais sindicais pelegas, burocráticas, porque o 1º de maio tem sua origem na luta da classe operária.

Milhares de operários morreram na luta pela redução da jornada de trabalho. Na luta por melhores condições de trabalho. Lutas que estão fazendo agora os companheiros servidores aqui de São Bernardo, os companheiros na USP e os companheiros da Fasubra.

Ou seja, existe resistência da classe operária contra a ofensiva capitalista do governo burguês de Lula, da ultradireita, do centrão, de todas as frações da burguesia, que estão atacando a classe operária, os professores, os estudantes e os camponeses. Como também foi o caso recentemente dos indígenas que, em uma luta histórica, conseguiram colocar fim ao edital de privatização do Rio Madeira, Tocantins e Tapajós. E eles mostraram que o caminho é o da ação direta, é o da greve. E essa é a origem do 1º de maio.

Por isso, é importante denunciar essa burocracia traidora que faz festa, como fazia a Força Sindical, e faz até hoje. Para iludir as massas, para iludir os trabalhadores nas eleições burguesas. Porque todos hoje, neste 1º de maio, vão chamar o voto em seus candidatos e colocar mais uma vez os trabalhadores a ter ilusões no parlamento burguês.

Nós do Partido Operário Revolucionário chamamos as massas a não terem nenhuma ilusão nas eleições burguesas. O parlamento é uma organização da burguesia. Todos os três poderes são órgãos da classe capitalista.

Chamamos as massas, a classe operária e os demais explorados a constituir a frente única anti-imperialista, a defender a constituição de uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula e a todas as frações da burguesia. Porque essa disputa é inter-burguesa, ou seja, são duas frações da burguesia que estão disputando. Aqui, de um lado, o governo burguês de Lula. E de outro a ultradireita fascizante, entreguista. Por isso, temos de ter uma política independente.

A camarada colocou muito bem aqui: a burocracia sindical está acabando com a democracia operária ao não respeitar a decisão dos companheiros que votaram pela greve. E o mesmo acontece em todos os sindicatos.

Portanto camaradas, o Partido Operário Revolucionário faz o chamado ao 1º de maio independente, internacionalista. Temos de levantar a bandeira contra a guerra de dominação na Ucrânia. A classe operária e os demais explorados estão sendo massacrados. Operários ucranianos e demais explorados estão sendo usados como bucha de canhão pelo imperialismo norte-americano e europeu, com a conivência da oligarquia ucraniana e, em resposta, pela oligarquia burguesa russa.

Os Estados Unidos são o principal responsável por essas guerras de dominação, pelos massacres e pelo genocídio do povo palestino, em Gaza. Aqui na América Latina, houve uma ofensiva, estão avançando contra a Venezuela, que foi bombardeada e seu presidente sequestrado, para controlar o petróleo. No Irã é a mesma situação. Donald Trump já deixou claro que vai avançar pela força. Por isso, temos de levantar a bandeira: Fora os Estados Unidos do Oriente Médio. Pela autodeterminação do povo palestino. Pela autodeterminação do povo iraniano. Fora as tropas dos Estados Unidos do Oriente Médio e da América Latina!

São Paulo - Litoral Norte

O 1º de Maio do Litoral Norte, organizado pelo Fórum de Sindicatos e Movimentos Sociais do Litoral Norte de São Paulo, ocorreu na Praça Cândido Mota, no centro de Caraguatatuba. Teve início às 10 horas e contou com a participação de aproximadamente cem manifestantes, partidos políticos de esquerda Sindcaraguatatuba (Conlutus) entre outros. A maioria das falas focou em denúncias sobre as questões econômicas que afetam a vida dos trabalhadores, como as condições de trabalho, precarização dos serviços, arrocho salarial, escala 6x1 etc. Também foram feitas defesas de um 1º de Maio classista, de luta e internacionalista.

A Corrente Proletária do LN-SP (POR) participou com suas bandeiras, montou banca de livros, jornais, folhetos e fez a distribuição de dois manifestos: um do CERQUI e outro da seção brasileira. Fez uma fala, onde expôs o conteúdo do Manifesto, mostrando que a crise econômica e social do capitalismo é estrutural. E as respostas são de aprofundamento e recrudescimento dos ataques à classe operária e ao conjunto dos trabalhadores, a exemplo das guerras de dominação em curso (guerra da Ucrânia e Irã, genocídio dos palestinos, intervenção militar na Venezuela, esmagamento de Cuba e potenciação de conflitos no continente africano). Ressaltou que as consequências atingem o Brasil por meio das contrarreformas aplicadas pelos governos burgueses, que procuram descarregar o peso da crise capitalista nas costas dos explorados. Fez a crítica às direções das centrais sindicais, que pulverizaram e dividiram o 1º de Maio e desviaram o seu conteúdo histórico para as ilusões na democracia burguesa, a exemplo das eleições e ao método da conciliação de classes. Destacou a importância do 1º de Maio ser o ponto de partida para a organização de um Dia Nacional de Luta, com greves, ocupações e bloqueios de avenidas e ruas, como preparação da greve geral contra opressão capitalista. Assinalou a importância do resgate da independência política da classe operária perante os patrões e governos e concluiu com um viva ao 1º de Maio classista, operário e internacionalista.

O POR avaliou que o ato foi positivo, por não reproduzir as festividades dos atos das burocracias sindicais e por ser classista e antigovernista. Garantiu a democracia operária, com o microfone aberto para todos os que quisessem se manifestar, com destaque para a defesa do primeiro 1º de maio de luta, classista, operário e internacionalista.

Ceará

Ato do 1º de maio em Fortaleza foi festivo e eleitoreiro



O ato de 1º de Maio em Fortaleza, convocado pelas centrais, sindicatos, partidos e movimentos ocorreu na Praia de Iracema e contou com cerca de 2 mil participantes. A concentração ocorreu no espigão da Rui Barbosa de onde os manifestantes saíram em passeata até o Náutico. A maioria era composta por estudantes e integrantes de movimentos populares, com pouca presença da classe

operária. Predominou a participação de representações sindicais, sem a mobilização efetiva de suas bases.

O ato apresentou um forte caráter eleitoral e festivo, impulsionado sobretudo por correntes reformistas como PT, PCdoB, PCB e PSOL, com ênfase na defesa do voto em Lula e em projetos de reeleição de 2026.

Por outro lado, evidenciou-se a divisão no movimento, expressa na realização de um ato separado feito pela Unidade Popular (UP), na Praia do Titanzinho. Essa fragmentação ocorre em um contexto que exige a unidade entre movimentos sociais, operários e demais setores oprimidos para enfrentar os ataques da burguesia e a ofensiva imperialista.

O bloco combativo presente em atos anteriores — composto pelo POR e outras correntes — não ocorreu neste 1º de Maio. As correntes se dispersaram e atuaram em separado.

O Partido Operário Revolucionário (POR) participou da manifestação com bandeiras, pirulitos, banca de materiais e seu manifesto de 1º de Maio. Contou ainda com carro de som próprio, posicionando-se em oposição às correntes eleitoreiras e defendendo a retomada de um 1º de Maio classista, internacionalista, revolucionário e socialista. Em suas falas resgatou a memória dos mártires de Chicago em sua luta pela jornada de 8h e denunciou a ofensiva imperialista dos EUA/Israel sobre o Irã e a Palestina.

POR reafirmou a defesa do salário-mínimo vital, da redução da jornada de trabalho sem redução de salário, do fim da escala 6x1. Defendeu a revogação das contrarreformas, a reestatização de empresas privatizadas sob controle operário e a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Pernambuco

As grandes Centrais Sindicais realizaram um ato na véspera do Dia do Trabalhador, concentrando as burocracias, sem a presença da classe operária e com forte tom eleitoreiro e governista. Setores à esquerda se organizaram para realizar um 1º de Maio classista e internacionalista na data em que se celebra mundialmente os mártires de Chicago. O Partido Operário Revolucionário (POR) trabalhou pelo 1º de Maio de luta e independente dos governantes. As

bandeiras da convocatória que unificaram as várias correntes de esquerda e entidades sindicais foram:

- Fim da escala 6x1! Redução da jornada sem redução salarial!
- Chega de ódio e feminicídio! Por Creches, lavanderias e refeitórios públicos!
- Demarcação das terras indígenas e quilombolas! Reforma agrária já!
- Abaixo o arcabouço fiscal, as privatizações e as contrarreformas!
- Em defesa da soberania nacional! Por uma estatal para as terras raras sob controle popular! Reestatização da BR Distribuidora!
- Desmilitarização rumo ao fim da Polícia Militar!
- Estatização do transporte coletivo sob controle dos trabalhadores! Não à privatização do metrô! Tarifa Zero já!
- Contra a terceirização e os ataques aos direitos! Efetivação dos terceirizados!
- Solidariedade internacionalista, seja na América Latina, na África ou no Oriente Médio! Contra o bloqueio a Cuba, pelo fim das relações com Israel e em defesa do povo palestino!
- Por uma frente única anti-imperialista!

Diante do estado de calamidade, foi necessário suspender a convocatória do ato, remarcado para o dia 16, considerando as previsões de continuidade das chuvas. Serão agregadas as bandeiras de responsabilização da burguesia e seu Estado pelas mortes e sofrimentos após as chuvas.

Rondônia

Burocracia se recusa a organizar um 1º de Maio em defesa das reivindicações dos trabalhadores

As centrais, sindicatos e movimentos sociais em Rondônia não chamaram o ato no 1º de Maio. Apenas o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sintero), fez do 1º de Maio uma grande festa. O Sintero aproveitou a presença dos delegados e convidados para o XVI Congresso dos Trabalhadores em Educação, que ocorreu nos dias 28, 29 e 30, véspera do 1º de Maio, para chamar os filiados para um "Dia do Trabalhador".

A militância da Corrente Proletária da Educação (CPE), no decorrer da organização do Congresso, ao inscrever a sua Tese, alertou para que nesse importante momento ocorresse uma manifestação de rua junto aos movimentos sociais, sindicatos e centrais, denunciando a barbárie capitalista, que tem provocado as guerras de dominação, que afetam os trabalhadores no mundo inteiro.

Infelizmente, como apenas a militância da CPE mostrou tal importância, o 1º de Maio se limitou a uma festa promovida pela direção do Sintero, com oferta de churrasco, muito chopp e um baile até as altas horas da noite. Na realidade, não se tratou do 1º de Maio, mas sim de uma festa confraternização após o XV Congresso.

A inexistência do 1º de Maio em Porto Velho mostra o quanto as direções sindicais estão apodrecidas e o quanto têm servido à política burguesa. Diante de uma situação de crescente miséria das massas oprimidas e de intervenção do imperialismo sobre as nações oprimidas, essas direções fazem do 1º de Maio um dia de festividade. Lamentavelmente, uma boa parcela de trabalhadores e convidados foi atraída pela festança promovida pelos burocratas.

O fundamental está em que a Corrente Proletária/POR denunciou o descaso das direções sindicais burocratizadas, propôs a organização de uma manifestação de rua, se diferenciando da

farsa montada pelo Sintero. Não deixou de expor seus materiais políticos e distribuir o Manifesto por 1º de Maio classista, operário e internacionalista. Fez parte também da campanha do POR, uma panfletagem na área central de Porto Velho.

Rio de Janeiro

1º de Maio festivo, reflexo da crise política que assola o Rio de Janeiro

Na última sexta-feira, o POR participou do 1º de Maio no Rio de Janeiro, atuando com seu Manifesto, bandeiras e banca de materiais. O ato contou com a participação de partidos, organizações e movimentos sociais, que ocuparam uma parte da praia de Copacabana. Porém, sem a ampla participação das bases operárias e da maioria oprimida. O que se viu, na verdade, foi o uso irrestrito do carro de som para a promoção das siglas eleitorais e dos candidatos de partidos centristas que estavam presentes no ato. Nomes como Elias Jabbour (PCdoB), Mônica Benício e Glauber Braga (ambos do PSOL) estiveram presentes e utilizaram do palanque para se promoverem e promoverem sua pré-candidaturas.

Apesar das reivindicações, como fim da escala 6x1, e das lamentações sobre as derrotas sofridas pelo governo Lula ao longo da semana - rejeição de indicado ao STF e a derrubada do veto da Dosimetria -, o ato mostrou-se profundamente festivo, governista e eleitoreiro. Que incluía a redução no tempo das falas para posteriores festividades.

Além disso, o ato contou com uma breve participação dos entregadores de aplicativo em paralisação, que reivindicaram melhores condições de trabalho e o fim da modalidade Mais Entregas (Ifood), que explora e divide ainda mais a categoria.

Na contramão do eleitoralismo e dos desvios reformistas e pequeno-burgueses, o POR interveio com sua política em defesa de um 1º de Maio operário, socialista e internacionalista, em defesa das necessidades mais elementares da maioria oprimida e denúncia das guerras e da escalada bélica das nações imperialistas. Levantou-se a necessidade de um Dia Nacional de Luta, com bloqueios e paralisações e da constituição da Frente Única Anti-imperialista.

Rio Grande do Sul

Divisionismo marca o 1º de Maio em Porto Alegre

A burocracia e o divisionismo sindical expressam o que foi o 1º de maio em Porto Alegre. Desde suas origens, o 1º de maio tem sido historicamente um dia de luta unificada e internacionalista da classe operária. Através da ação direta, com greves, ocupações e bloqueios, a classe operária conquistou a redução da jornada de trabalho para 8 horas internacionalmente. Esse movimento é o exato oposto do divisionismo político observado em Porto Alegre este ano. Pelo menos cinco atividades distintas foram convocadas, destacando-se, por um lado, o evento festivo promovido pela CUT e CTB, e, por outro, a manifestação em torno a um shopping na região central da cidade, promovida pelas correntes centristas, satélites do PSTU/CSP-Conlutas. De forma ainda mais inexpressiva, "rodas de conversa" foram organizadas por diferentes segmentos anarquistas; e discussões em torno a educação e pautas comunitárias, promovidas pelo Fórum Social das Periferias.

A data que cumpre a função de galvanizar o proletariado internacional na luta pelas suas bandeiras históricas, sobretudo a da redução da jornada de trabalho, vem sendo deformada pela burocracia sindical, ao submeter os interesses gerais do proletariado a

seus interesses particulares. Tal foi o caráter do evento na Casa do Gaúcho promovido pela CUT e CTB e convocado pelos principais sindicatos da região, como o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre (STIMEPA), o Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo e Região (STIMMESL), SIMPA e CPERS-Sindicato.

Para além das festividades, que retiram do terreno da luta de classes o 1º de maio, esteve no centro do chamado à bandeira pelo fim da escala 6x1, conforme definido na Plenária Estadual dos Metalúrgicos da CUT-RS. Bandeira legítima de redução da jornada de trabalho – apesar de sua origem superestrutural, a partir de um influencer digital, que utiliza a pauta para fins eleitorais – a qual, após o envio do PL ao Congresso Nacional, foi convertida pela burocracia sindical em uma forma de dar apoio político ao governo burguês nacional-reformista de Lula.

A manifestação no shopping convocada pela CSP-Conlutas, Intersindical, Sindimetro, PSTU, PCBR, MES-PSOL, Alicerce, MRT e demais correntes centristas, sob a consigna de um 1º de maio “classista e independente dos governos e dos patrões”, reflete o divisionismo sindical e não corresponde ao que historicamente a data representa, que é unidade internacional da classe operária e do proletariado em geral. Divisionismo que tem como consequência a não adesão das massas e que se expressa também na escolha do local da manifestação, ao focar num ramo específico, os trabalhadores do comércio. Prática que não é inédita na cidade, onde no 1º de maio de 2025 esses mesmos organizadores convocaram manifestação, dessa vez em frente aos supermercados Zaffari, questionando isoladamente as jornadas de trabalho praticadas na rede.

Neste ano, a convocação da manifestação teve as seguintes pautas: “6x1 não! Redução da jornada sem redução salarial; derrotar o imperialismo, o capitalismo, a ultradireita na defesa da soberania dos povos; Palestina Livre! combate aos feminicídios; não ao arcabouço fiscal; na defesa dos territórios indígenas e quilombolas. Quilombo Kedi fica! revogação da reforma trabalhista e contra a pejetização; contra as privatizações”. Porém, na prática, reduzindo-se à reivindicação do fim da escala 6x1 – sobretudo em relação aos trabalhadores do comércio –, não se diferenciando das manifestações com a finalidade de apoio ao governo, ou então reivindicando escalas e jornadas de trabalho alternativas, sugerindo, portanto, uma reorganização da exploração da força de trabalho.

As “rodas de conversa” dos segmentos anarquistas não foram propositivas, uma vez que não tinham caráter deliberativo ou prático, restringindo-se à discussão política fragmentada, isolando o aspecto histórico dos métodos e das reivindicações. Pela manhã, os anarco-sindicalistas da FORGS/COB realizaram uma “roda de conversa” esvaziada em frente ao Mercado Público, onde defenderam a “redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, 6 horas de trabalho por dia, sem redução salarial”, seguindo na mesma linha que as correntes centristas ao sugerir uma reorganização da exploração da força de trabalho, além de defenderem abertamente o economicismo com a consigna de que “a luta é econômica”. Pela tarde, uma outra “roda de conversa” foi realizada por outro segmento anarquista, onde se discutiu o aspecto histórico da data e as possibilidades atuais de luta contra a “exploração laboral”. No entanto, devido ao caráter abstrato da discussão e a recusa em defender reivindicações baseadas nas necessidades imediatas da maioria oprimida, a “roda de conversa” oscilou entre a despolitização (com saídas individuais ou cooperativismo comunitário) e o aventureirismo político. Além do flagrante divisionismo dentro do próprio anarquismo, as atividades foram marcadas pelo sectarismo ideológico, transformando o 1º de Maio numa “conversa com eles mesmos”. Enquanto isso, o segmento particularista do anarquismo (CAB/FAG) tem atuado como mais uma corrente política satélite do PSTU/CSP-Conlutas que aglutina a esquerda centrista em Porto Alegre.

O 1º de maio de Porto Alegre expressa a crise de direção do proletariado. Na ausência de direção operária que unifique a maioria oprimida sob seu programa, as expressões de luta das massas acabam sendo sequestradas pela política burguesa, centrista, oportunista. No cenário internacional do capitalismo em decomposição, a invasão à Venezuela e o sequestro do presidente Nicolás Maduro e Cilia Flores, a guerra no Irã, a guerra na Ucrânia, o genocídio na Faixa de Gaza e a ofensiva contra o Líbano são expressões dessa decomposição, proveniente do choque do alto desenvolvimento das forças produtivas com as relações capitalista de produção, consequências que são descarregadas, sobretudo, sobre as massas oprimidas.

A guerra comercial dos Estados Unidos contra a China é o pano de fundo que tem gerado uma ofensiva da potência imperialista decadente, visando minar a influência chinesa no mundo e ditando o curso dos acontecimentos no atual cenário. Emerge de tais condições o programa da revolução social, que só será levado a cabo pela classe operária na direção da maioria nacional oprimida. Para isso, é necessário superar o bloqueio imposto pela burocracia sindical que obstaculiza a independência política e organizativa da classe operária.

Com as condições objetivas apodrecendo, a política traidora das direções burocráticas tem se subordinado aos ditames do imperialismo, com as centrais sindicais servindo para promover o eleitoralismo e o governo burguês de Lula. Está mais do que comprovado que o nacional-reformismo petista é incapaz de se contrapor ao saque imperialista. São evidências dessa incapacidade a não revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, da terceirização, o avanço na contrarreforma administrativa, a continuidade das privatizações, os acordos para a extração de matérias-primas, sobretudo as terras raras brasileiras, a manutenção do parasitismo financeiro pelo arcabouço fiscal escancara a farsa do discurso de defesa da “soberania nacional”.

As correntes centristas e os segmentos anarquistas mostraram na prática que são parte do problema ao substituírem a luta centralizada do proletariado pelo seu programa próprio de reivindicações, para construir seus próprios candidatos ou organizações. Cabe à vanguarda com consciência de classe recuperar o caráter internacionalista e classista do primeiro de maio, diante da urgente necessidade da frente única anti-imperialista e da oposição revolucionária ao nacional-reformismo.

O POR esteve nas portas das fábricas, através do Boletim Nossa Classe, denunciando o 1º de Maio festivo promovido pela burocracia sindical e defendendo um 1º de maio operário, socialista e internacionalista, capaz de unir a maioria nacional oprimida sob o programa e a direção da classe operária; colocando a necessidade de exigir que as centrais sindicais rompam com a política de colaboração com o governo e se coloque pela construção de um Dia Nacional de Luta, pela defesa das reivindicações elementares das massas, pelo Salário Mínimo Vital, pela defesa dos empregos e pela revogação das contrarreformas; contrapondo-se à escala 6x1 – e às demais jornadas do modo de produção capitalista – com o programa operário das escalas móveis de trabalho e de salário.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



1º de Maio no mundo

As comemorações do 1º de maio mobilizaram protestos em todos os continentes, com reivindicações semelhantes. De acordo com a agência AP, “Ativistas do mundo todo realizaram manifestações e protestos de rua na sexta-feira, celebrando o 1º de maio, exigindo paz, salários e melhores condições de trabalho, enquanto muitos trabalhadores enfrentam o aumento dos custos de energia e a redução do poder de compra devido à guerra com o Irã. Manifestações ocorreram em toda a Ásia — da Coreia do Sul à Austrália e Indonésia — e em diversas capitais europeias. Nos Estados Unidos, ativistas contrários às políticas do presidente Donald Trump também realizaram marchas e boicotes”.

Criada a partir da luta pela jornada de oito horas, a data ganhou novo sentido em países onde o tempo de trabalho voltou ao centro da disputa política. Por toda parte, os trabalhadores enfrentam os ataques dos governos e dos capitalistas que impõem cortes, flexibilização de direitos, arrocho salarial e ampliação da exploração. Os protestos também mostraram a crescente consciência, entre os explorados, de que as agressões imperialistas aos povos oprimidos são parte da sua própria luta, pois, o capital que os oprime é o mesmo capital que massacra as massas em Gaza e ataca o Irã.

As inúmeras manifestações em defesa das condições de existência dos explorados e os questionamentos às guerras de dominação imperialista indicaram a tendência de luta mundial do proletariado e dos demais trabalhadores. É necessário, sem dúvida, verificar as particularidades, o nível da coesão social e o lugar das direções adaptadas ao capitalismo e às suas instituições políticas. O que se poderia alcançar com maior detalhe e clareza se a classe operária tivesse reconstruído o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Justamente, a tendência ao agravamento da luta de classes evidencia a urgência de se realizar essa tarefa histórica construindo os partidos marxista-leninista-trotskyistas – o partido-programa – e rompendo as forças sociais que têm levado à fragmentação e dispersão da vanguarda que se reivindica da revolução social e dos fundamentos do socialismo científico.

Estados Unidos



Milhares de pessoas aderiram aos protestos de 1º de maio, organizados como movimento “May Day Strong” [fortes no 1º de maio] sob a bandeira “sem aulas, sem trabalho, sem compras”. Milhares de protestos ocorreram em todo o país na forma de greves, marchas, paralisações e outras manifestações diante de aeroportos, escritórios do governo e diante da Bolsa de Valores de Nova York.



Funcionários da cidade de São Francisco foram presos durante um protesto no aeroporto internacional de São Francisco em apoio ao sindicato dos trabalhadores aeroportuários,

que protestavam contra os baixos salários e contra a presença do ICE (Serviço de Imigração e Alfândega dos Estados Unidos) nos aeroportos. Várias manifestações exigiram o fim do ICE, o encarceramento da guerra contra Irã e a taxação dos ricos. Em Chicago, profissionais de saúde filiados ao Sindicato Internacional dos Trabalhadores de Serviços (SEIU) marcharam até um armazém da Amazon, carregando um cartaz gigante com o rosto do proprietário, Jeff Bezos. Já em Memphis, Tennessee, um grupo de manifestantes bloqueou a entrada do Data Center da X AI, empresa de Elon Musk, deitando-se nas ruas.



O movimento, coordenado por diversas organizações, tinha o objetivo de provocar uma “perturbação econômica”, semelhante ao ocorrido em Minnesota, em janeiro, quando dezenas de milhares de moradores das Cidades Gêmeas faltaram às aulas e ao trabalho para tomar as ruas em protesto contra agentes federais de imigração que invadiram a cidade.

Os organizadores afirmaram que o dia de protesto é um esforço para construir uma campanha rumo a uma greve geral, que foi efetivamente proibida pela Lei Taft-Hartley de 1946. Desde aquela época, não ocorreram greves gerais nos EUA. Como alternativa, Shawn Fain, presidente do sindicato United Auto Workers (UAW), convocou os sindicatos a trabalharem em direção a uma greve geral em 1º de maio de 2028. Basta o fato de a burocracia sindical acenar com a greve geral que se tem um indicador das tendências instintivas de luta dos explorados estadunidenses.

O 1º de maio é feriado oficial em 66 países e celebrado informalmente em muitos outros, no entanto, nos EUA, o 1º de maio é designado como o “Dia da Lealdade”; o feriado dos trabalhadores, o Dia do Trabalho, foi e é na primeira segunda-feira de setembro. Alguns informes dão conta que mais de 4.000 manifestações foram realizadas nos EUA contra o presidente Donald Trump e sua administração e contra a guerra com o Irã. Lembremos que o 1º de Maio tem suas raízes nos Estados Unidos.

França



Dezenas de milhares de pessoas participaram de marchas por todo o país, principalmente em Paris, onde ocorreram confrontos com a polícia. Quase todos os comércios, lojas e shoppings foram fechados, e apenas setores essenciais como hospitais, transportes e hotéis funcionaram. Os sindicatos convocaram atos em Paris e outras cidades com o lema “pão, paz e liberdade”, vinculando o custo de vida aos conflitos internacionais, com faixas exigindo o fim da guerra contra o Irã. Também houve críticas a propostas de flexibilização do trabalho. Os atos foram reprimidos pela polícia na capital francesa. Os protestos ocorreram no momento em que o governo francês caminha no sentido das contrarreformas, implementando medidas de austeridade e a crise do custo de vida se agrava.

Cerca de 300 mil pessoas marcharam pelas ruas da França em pelo menos 320 manifestações registradas, sendo a de Paris a maior de todas, com a presença de 100 mil pessoas.

Portugal

Protestos contra facilitação de demissões. Milhares de pessoas reuniram-se em Portugal, com os sindicatos para protestar contra as alterações propostas à legislação trabalhista, que incluem a facilitação das demissões e a redução da licença de luto por aborto espontâneo. O governo português enfrenta dificuldades em avançar as contrarreformas, que têm como carro-chefe a flexibilização capitalista de trabalho.

Alemanha

Em Berlim, 30 mil pessoas participaram da “Manifestação Revolucionária do Primeiro de Maio”, protestando pela paz, liberdade, solidariedade e, sobretudo, contra o militarismo, o rearmamento, o recrutamento militar obrigatório, os cortes sociais e a vigilância policial. Os participantes marcharam por vários quilômetros entoando cânticos como “Os ricos querem guerra – os jovens querem um futuro!” e reivindicações como “Não à guerra”, “Desarmem a Rheinmetall – chega de fábrica de armas em Wedding” e “Palestina Livre” aparecendo em inúmeros cartazes e faixas.

Itália

Os trabalhadores marcharam contra a precarização, em resposta ao anúncio do governo de incentivos para, supostamente, aumentar as taxas de emprego. Trata-se da resistência operária às contrarreformas, impulsionadas no mundo todo. Os explorados

brasileiros experimentam na carne o dilaceramento dos direitos trabalhistas elementares.



Bósnia

Os explorados marcharam exigindo a reabertura da siderúrgica de Zenica. Segundo a Reuters, o fechamento da planta ameaça milhares de empregos e simboliza o declínio da indústria pesada no país. É mais um sintoma da desindustrialização que atinge os países de economia atrasada. A luta contra o fechamento de fábricas coloca a bandeira de controle operário da produção.

Espanha

O Solidaridad organizou a manifestação numa das zonas operárias da região de Madrid, Fuenlabrada, para defender os direitos da classe operária. Com bandeiras espanholas, os manifestantes criticaram o governo e o apagão de segunda-feira. Os sindicatos tradicionais dos trabalhadores, como a UGT (União Geral dos Trabalhadores) e a CCOO (Comissão de Operários), realizaram uma manifestação no centro da cidade, onde pediram a continuação da melhoria das condições de trabalho e a redução da jornada laboral. O problema do desemprego assusta em toda a União Europeia os assalariados.

Grécia



Milhares de trabalhadores se mobilizaram no país. Em Atenas, reuniram-se na Praça Syntagma, levantando faixas e bandeiras em solidariedade a Cuba e Palestina, e em defesa dos direitos dos trabalhadores e da unidade internacional. O protesto foi organizado por sindicatos e organizações de base.

Turquia



Milhares de pessoas participaram nos atos de Primeiro de Maio, apesar de um forte dispositivo policial em Ancara, a capital, e em Istambul. Confrontos entre manifestantes e policiais resultaram na prisão de centenas. Segundo a associação dos advogados, o número chegava a 370 em Istambul, onde a polícia utilizou gás lacrimogêneo lançado pelos veículos de choque, na tentativa de impedir que os manifestantes chegassem à Praça Taksim, fechada pelo governo para realização de manifestações desde a onda de protestos antigovernamental de 2013. Sindicatos convocaram manifestações sob a consigna “Pão, paz, liberdade”, enquanto a inflação de 40% eleva descontentamento popular

Filipinas

Um comício organizado pela central Kilusang Mayo Uno (KMU – Movimento Primeiro de Maio - foi realizado em Manila. Durante o comício, manifestantes tentaram invadir a embaixada dos EUA, para exigir o fim da guerra contra o Irã e entraram em confronto com a polícia, ferindo sete policiais. Os manifestantes exigiam salários maiores e redução de impostos. Trump foi lembrado nos protestos, onde o seu rosto e do premiê de Israel, Benjamin Netanyahu, foram queimados por manifestantes.

Índia



Foram realizados protestos contrários às contrarreformas que ampliam a jornada para até 12 horas diárias. Marchas e atos foram organizados por sindicatos e partidos de esquerda em várias

idades, como o ato da central sindical AITUC em Dharwad, com críticas às reformas trabalhistas e à precarização do trabalho. Também ocorreram manifestações e comícios em cidades como Nova Délhi e Mumbai, com reivindicações como: defesa da jornada de 8 horas, fim da repressão a trabalhadores e libertação de ativistas presos. No país já vinha ocorrendo uma forte agitação operária nas semanas anteriores. O 1º de Maio funcionou como uma expressão política desse processo.

Tailândia

Ocorreram marchas por salários e condições de trabalho. Grupos de trabalhadores marcharam até a Casa do Governo da Tailândia para apresentar suas nove reivindicações, incluindo um pedido para aumentar o salário mínimo para 712 Baht por dia.

Marrocos



Protestos denunciaram o aumento dos preços de combustíveis, alimentos e serviços básicos. Em uma das principais avenidas de Casablanca, a maior cidade de Marrocos, taxistas buzonavam e motoristas de ônibus estacionavam seus veículos em protesto contra o aumento do preço dos combustíveis.

África do Sul



Diversas manifestações foram realizadas na África do Sul, onde a presidente do Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU), Zingiswa Losi, afirmou que os trabalhadores estavam

“sufocados” com o aumento dos custos de alimentos, eletricidade, transporte e saúde.

Chile



As manifestações do 1º de Maio ocorreram em pelo menos 30 cidades chilenas convocadas em sua maioria pela Central Unitária de Trabalhadores de Chile (CUT), além de sindicatos setoriais, organizações estudantis e outras. Na capital, ocorreu a principal marcha nacional reunindo mais de 60 mil pessoas, segundo a direção da CUT e foi pacífica.

Outra manifestação, também em Santiago, acabou em confrontos entre manifestantes e policiais, que usaram canhões de água e gás lacrimogêneo para reprimir os manifestantes. Desta manifestação participaram torcedores organizados do Colo-Colo y Universidad de Chile, os mais populares times chilenos. A marcha foi organizada pela Central Classista de Trabalhadoras e Trabalhadores (CCTT), criada em 2018 como dissidência crítica da CUT, se autodefine como “alternativa ao sindicalismo institucionalizado”.

As reivindicações levantadas incluíam a crítica aos cortes em programas sociais; rejeição a reformas consideradas pró-mercado do governo chileno; defesa da jornada de 40 horas; aumento do salário mínimo acima da linha da pobreza; combate à precarização e ao trabalho informal; defesa da educação pública e da saúde primária; reivindicações por moradia digna. Embora apareceram manifestações de solidariedade internacionalista ligadas à Palestina e registros em redes sociais mostrando bandeiras palestinas, estas não foram pautadas pelos dirigentes das centrais.

Além disso, o presidente da CUT, José Manuel Díaz, no seu discurso expressou seu apoio à eventual candidatura da Michelle Bachelet à Secretaria General da ONU, e o Secretário Geral da CUT, Eric Campos, manifestou que estavam buscando estabelecer um diálogo com o governo para evitar o corte dos benefícios sociais, numa franca declaração de colaboracionismo de classes.

Cuba

Houve na Ilha uma grande manifestação organizada pelo governo. Os trabalhadores celebraram o 1º de maio protestando contra o bloqueio do governo dos Estados Unidos a Cuba e Venezuela.

Venezuela

O país alvo das agressões norte-americanas teve manifestações contra a nova “renda mínima integral” que subiu de US\$ 190 para US\$ 240, anunciada nesta semana pela presidente interina Delcy

Rodríguez, que assumiu o posto de Nicolás Maduro, deposto após invasão dos norte-americanos no início do ano. Ao coro de “bônus não é salário”, centenas de trabalhadores, sindicalistas e aposentados marcharam por cerca de quatro quilômetros pelo centro de Caracas.

As manifestações foram protagonizadas principalmente por trabalhadores do setor público, aposentados, sindicatos independentes e grupos opositores ao governo, concentrados sobretudo em Caracas. A polícia venezuelana disparou gás lacrimogêneo contra os manifestantes, impedindo a sua chegada ao Palácio do Governo.

“Chega de mentiras”, era o grito das massas denunciando o embuste da presidente interina Delcy Rodríguez que prometera um “aumento responsável” dos salários. Na verdade, “querem fazer passar o aumento dos bônus do governo por um aumento salarial real”. Os salários podem chegar aos 240 dólares, com os bônus estatais, mas este valor é ainda insuficiente para cobrir a cesta básica alimentar de uma família, estimado em 645 dólares. O acesso ao centro de Caracas foi fechado mediante o uso dos veículos blindados conhecidos como “murciélagos”, cujas barreiras metálicas impediram qualquer tentativa de estender o protesto para a sede do governo.

O Bureau Político do Comitê Central do Partido Comunista de Venezuela, que sempre esteve adaptado ao nacionalismo burguês e ao governo chavista, fez um pronunciamento nas redes sociais denunciando a decisão do governo como sendo uma fraude. Segundo essa manifestação “o aumento é de 50 dólares, mas não é salário. O salário não foi aumentado. O salário mínimo continua sendo de 130 bolívares por mês [...] continuamos com o salário mínimo congelado e as convenções coletivas de trabalho quase absolutamente todas congeladas desde 2018”. Segundo o PCV, essa medida governamental é uma “fraude continuada contra a Lei Orgânica do Trabalho e a Constituição da República Bolivariana de Venezuela”. Para o PCV, estaria havendo uma concertação para produzir uma reforma da lei orgânica do trabalho de caráter regressivo para favorecer os interesses do capital, iniciada já sob o governo de Maduro, mas agora não limitada a atender os interesses da burguesia parasitária nacional, mas também aos dos imperialistas estadunidenses. O pronunciamento conclui chamando à solidariedade dos povos da América Latina com Cuba, vítima da escalada imperialista que tem ampliado as sanções e o bloqueio, e está ameaçada de sofrer a mesma sorte da Venezuela.

Observa-se que esse pronunciamento da organização estalinista expressa a crise de direção na ausência de um Partido Operário Revolucionário. As correntes de esquerda não se mostraram capazes de levantar um movimento de oposição revolucionária ao governo burguês chavista, como parte e expressão da luta anti-imperialista e da estratégia da revolução proletária. O importante da manifestação do Primeiro de Maio está em que sinalizou o caminho da luta de classes contra o governo entreguista e traidor da nação oprimida.

Argentina

Em Buenos Aires, trabalhadores marcharam contra a reforma trabalhista aprovada pelo governo de Javier Milei. O ato foi convocado pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), que acusa o governo de atacar direitos históricos. A contrarreforma trabalhista, recentemente aprovada, facilita contratações e demissões, amplia a jornada diária para até 12 horas, estende o período de experiência e permite substituir o pagamento de horas extras por folgas.

Sob forte controle policial, os manifestantes carregavam faixas com os dizeres “A pátria não se vende”, “Contra o ajuste” e “Milei, entreguista”. A principal reivindicação unificada foi a rejeição à Lei de Reforma do Trabalho.



Outra manifestação paralela foi organizada pelo PTS – Partido dos Trabalhadores Socialistas–, integrante da frente de esquerda, aliança eleitoral junto com o Partido Obrero (PO), a Esquerda Socialista (IS) e o Movimento Socialista dos Trabalhadores (MST). O ato teve um tom abertamente eleitoral tendo como “figura central” o discurso de uma deputada do PTS, Myriam Bregman, que aparece em diversas pesquisas de opinião como a terceira opção. A deputada chamou a organizar “um movimento por um partido da nova classe trabalhadora, essa classe trabalhadora cada vez mais precarizada, discriminada, feminizada”, partido eleitoral, evidentemente.

A resistência dos trabalhadores argentinos ao governo ultradireitista de Milei amplia as condições para a potenciação do Partido Operário Revolucionário, seção Argentina do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

Bolívia

As mobilizações do 1º de maio foram a continuidade das diversas lutas das massas contra o governo. A principal manifestação foi o Cabildo organizado pela Central Operária Boliviana (COB) na cidade de El Alto. Nessa multitudinária assembleia foi aprovada uma extensa lista de reivindicações e decretada a greve geral por tempo indeterminado. As resoluções do Cabildo incluem exigências como a renúncia das autoridades judiciais que tiveram seus mandatos prorrogados, a convocação de eleições judiciais, aposentadoria com 100% do salário médio, revogação imediata da Lei 1720 sobre reconversão de terras, redução dos salários em altos cargos do Executivo e do Legislativo e a obrigação de que 100% da moeda estrangeira proveniente de exportações privadas fosse entregue ao Banco Central da Bolívia. A direção da COB também incluiu uma resolução que compromete os setores sociais a permanecerem na greve até que 100% das demandas sejam atendidas. Ademais, os trabalhadores do transporte anunciaram uma greve escalonada a partir do dia 5, a marcha camponesa e indígena avançou em direção a La Paz, e o magistério também se mobilizou em direção à sede do governo. Os transportistas exigem uma solução ao problema do abastecimento com combustíveis de qualidade e indenização pelos danos provocados pela “gasolina-lixo”, me-

lhoria das estradas e a rejeição da privatização dos Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), que o governo planeja realizar. Outra importante mobilização foi a marcha integrada por indígenas e camponeses que exigem anular a lei que transforma a pequena propriedade com o objetivo de forçar a venda de suas terras e facilitar a concentração fundiária. Também os docentes se mobilizaram contra o governo por aumento salarial e marcharam para juntar-se ao Cabildo de El Alto. Em resposta à mobilização operária e popular, o departamento de polícia de La Paz ordenou que 100% de seu efetivo de segurança permanecessem em serviço. Contudo, poucos episódios de confrontos foram registrados.

O Partido Operário Revolucionário (POR), seção boliviana do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) organizou a luta do 1º de Maio sob a estratégia da revolução social e a tática da frente única anti-imperialista.

Conclusão

Como se comprova, nesta incompleta exposição, as massas aproveitaram o 1º de maio para reforçar suas reivindicações salariais, reagir contra a carestia e defender os direitos que estão sendo liquidados. É evidente também que em toda parte se chocaram com seus governos e suas burguesias, bem como se mostraram favoráveis à luta internacionalista contra a agressão imperialista provocada principalmente pelos Estados Unidos.

A disposição de luta fortaleceu a bandeira do Primeiro de Maio operário, socialista e internacionalista. Desgraçadamente, no Brasil, a burocracia sindical que controla a maior parte dos sindicatos e das centrais se negou a convocar o Primeiro de Maio centralizado, unificado e democrático. Agiu em favor do governo nacional-reformista de Lula e se alinhou aos seus objetivos eleitorais. O PT se adaptou tão profundamente ao capitalismo, aos interesses do grande capital e à democracia oligárquica que se postou contra as manifestações da classe operária e dos demais trabalhadores.

Esse balanço do Primeiro de Maio, ainda que incompleto, indica a necessidade de construir direções classistas e revolucionárias nos sindicatos e marchar no sentido de edificar o Partido Operário Revolucionário (POR), que, como seção do CERQUI, luta pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.





Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário
Ano XXII - Maio/2026

nossa.classe@hotmail.com
pormassas.org | @massas.por



Nota do Boletim Nossa Classe

Patrão da Avibras Aeroco, antiga Avibras, retoma o controle da fábrica em Jacareí (SP) e a burocracia sindical comemora

A luta da classe operária não é para trocar um patrão explorador por outro. A luta da classe operária contra as demissões, o atraso de salários e o fechamento de fábrica deve ter como objetivo implantar o controle operário da produção e a estatização sem indenização das fábricas e demais setores da indústria

Em 4 de maio, a direção do sindicato metalúrgico de São José dos Campos, ligada a CSP-Conlutas, organizou um ato festivo de boas-vindas aos operários na portaria da fábrica, e demagogicamente disse ter compromisso com a defesa dos empregos, isso depois de ter negociado mais de 800 demissões e de ter ajudado a colocar a fábrica sob posse de um novo capitalista, que vai continuar arrancando o couro dos companheiros na linha de produção.

A retomada da Avibras pela patronal é vendida pela burocracia sindical como uma vitória, no entanto, a retomada das atividades foi resultado do acordo traidor negociado entre a burocracia e a patronal que traz em seu bojo a demissão massiva de mais de 800 operários e o parcelamento dos salários e direitos atrasados há mais de 4 anos.

Desde o início a burocracia realizou uma greve passiva e isolou a luta dos operários da Avibras dos demais metalúrgicos do Vale do Paraíba. Foram mais de quatro anos de atos e passeatas distracionistas, todas com o intuito de conter a revolta dos trabalhadores e impedir a organização da luta coletiva e com independência de classe para defender os empregos, salários e direitos.

Já no começo da greve, o Boletim Nossa Classe denunciou e combateu a política de conciliação e traição da direção do sindicato e levantou a bandeira: fábrica fechada é fábrica ocupada! O Nossa Classe defendeu a greve com a ocupação da fábrica. Que o sindicato convocasse a assembleia geral dos metalúrgicos do Vale do Paraíba para defender os empregos e a luta para impor à patronal e ao governo a estatização da Avibras, sem indenização ao patrão e sob o controle operário. Que os sindicatos e centrais convocassem um Dia Nacional de Luta, com paralisação da produção e manifestações de rua, como preparação da Greve Geral.

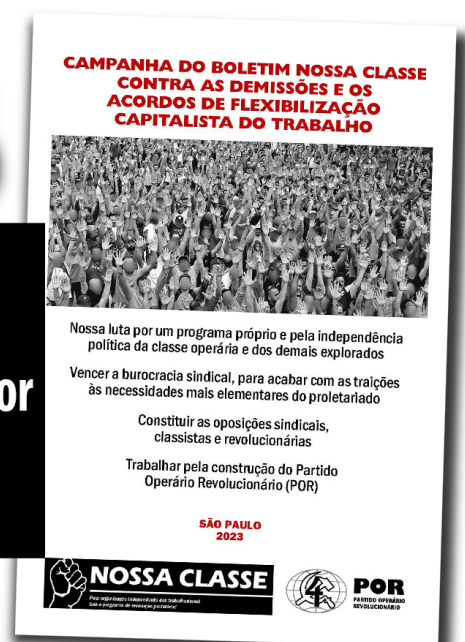
A direção sindical pelega, ao contrário, desviou a luta para a via parlamentar e limitou-se a pressionar o governo federal, iludindo os operários com a possibilidade do governo burguês de Lula estatizar a Avibras por meio de um projeto de lei enviado ao parlamento. O fato é que a fábrica teve 99% das ações transferidas para a Brasil Crédito (Fundo de Investimentos), empresa que compra dívidas de outras empresas, para lucrar em recebimentos futuros. Como podemos ver, a burocracia centrista está comemorando como vitória um acordo de demissão massiva dos operários e a troca de um patrão explorador por outro, que continuará explorando e tirando o couro dos operários.

A Conlutas é um braço sindical do PSTU, que é um partido de esquerda adaptado às eleições. Por isso, essa burocracia sindical não organiza a luta da classe operária por meio da ação direta, para expropriar a patronal e implantar o controle operário da produção nas fábricas metalúrgicas e demais setores da indústria. A burocracia sindical centrista presta-se ao papel de conciliadores da luta de classes, adaptando-se à justiça burguesa e aceitando os acordos de demissão e retirada de direitos determinados pela patronal, como aconteceu na Avibras.

Desde o início da greve na Avibras, o Boletim Nossa Classe convocou os operários da Avibras e o operariado de todo país a expulsar a burocracia sindical traidora e construir as oposições sindicais de luta, classista e revolucionária, para resgatar o sindicato para a luta de classes e colocá-lo a serviço da luta pela destruição do capitalismo por meio de uma revolução proletária e a construção do socialismo.

R\$5

Adquira com o distribuidor do Nossa Classe:



Combater as demissões na construção civil com o método da ação direta e a bandeira da redução da jornada de trabalho, sem redução salarial

Segundo dados do CAGED, o nível de emprego na construção pesada paulista registrou, em dezembro de 2025, a maior queda nos últimos 6 anos, marcando o pior resultado da década. Foram 2.959 demissões só no último mês do ano passado. O maior número de demissões ocorreu no setor de “Construção de ferrovias e rodovias” com a demissão de 1.100 operários. O setor de “Obras de Terraplenagem” foi atingido com a demissão de 557 operários. Em nível nacional, as demissões chegaram a 23.824, o que demonstrou o alcance do ataque aos empregos na construção civil pesada em 2025. O maior número de contratação a nível nacional no primeiro bimestre foi no setor de infraestrutura de transportes, com o segmento “Construção de ferrovias e rodovias” respondendo por 5.073 novos postos de trabalho. Esses dados mascaram a realidade dos baixíssimos salários pagos, condições insalubres e precárias de trabalho na construção, além do fato de que esses empregos gerados no início de 2026 são completamente instáveis e marcados pela superexploração em condições degradantes de existência.

Diante desse quadro de demissões massivas coloca-se o problema da desindustrialização que está em curso no Brasil, bem como o das privatizações e terceirizações, que avançam a superexploração do trabalho, impondo salários mais baixos, demissões e eliminação de direitos trabalhistas.

Todo apoio e solidariedade ativa à greve dos trabalhadores da Eaton

Os operários da Eaton, fábrica da zona sul de São José dos Campos, rejeitaram a proposta de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) feita pela empresa e aprovaram aviso de greve em assembleias realizadas com o 1º e o 2º turnos no dia 29 de abril. A proposta de PLR da empresa é de R\$ 6.100, sem qualquer alteração no valor do vale-alimentação, sendo considerada insuficiente pelos metalúrgicos. Os trabalhadores reivindicam R\$ 10 mil de PLR e R\$ 800 de VA, em um contexto em que o valor médio da cesta básica está entre R\$845,00 a R\$ 1285,00.

Os patrões lucram imensas quantias à custa dos operários e usam a PLR para manter os salários rebaixados e aumentar a pressão sobre os operários exigindo metas de produção, absenteísmo – muitos chegam a trabalhar doente - aumentando assim a exploração e o saque sobre a força de trabalho dos metalúrgicos da Eaton. A burocracia sindical que deveria defender na campanha salarial a luta por um salário mínimo vital, passou a enganar os operários negociando a PLR, que além de servir como instrumento de pressão aos operários, não é contabilizada nas férias, 13º, FGTS e aposentadoria. A burocracia sindical que de forma oportunista finge defender a luta dos trabalhadores, na prática, pelas costas negocia acordos patronais.

Os operários devem exigir que a direção do sindicato levante a bandeira de incorporação da PLR e do VA aos salários e a luta por um salário mínimo vital. O Boletim Nossa Classe vem denunciando e combatendo a política de conciliação, antioperária, oportunista e eleitoreira da direção do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, a exemplo na Avibrás, que depois de 1280 dias de greve, essa direção negociou um acordo favorável a burguesia, que teve como premissa básica, a demissão de mais de 800 operários. No caso da Eaton, assume a mesma política patronal. Ocorre que na atual etapa do capitalismo, a etapa imperialista os sindicatos

A resposta ao problema das demissões massivas no setor da construção pesada encontra-se no programa operário. É tarefa da classe operária, munida de seu programa, a expulsão das direções patronais dos sindicatos e a defesa do programa de reivindicações da classe operária em setores da construção, metalúrgicos, químicos, indústria de alimentos, mineração, energia e etc. É urgente a tarefa da organização independente da classe operária em torno à defesa de um salário mínimo vital suficiente para a satisfação das necessidades de uma família, estabilidade no emprego, escala móvel de salários, escala móvel das horas de trabalho, fim das terceirizações, combater as contrarreformas e lutar pela estatização, sem indenização e sob o controle operário das empresas privadas da construção civil e manutenção de rodovias e ferrovias. Esse programa só pode ser defendido com os métodos de luta da classe operária que são a greve, ocupação de fábricas e canteiros de obras.

O Boletim Nossa Classe chama os operários da construção civil pesada do estado de São Paulo a construir as comissões operárias e empunhar o programa de reivindicações da classe operária, organizar a luta em defesa de suas reivindicações elementares.

podem assumir apenas duas políticas, ou defendem o programa revolucionário da classe operária ou, a política burguesa de defesa dos patrões, que o Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos vem realizando cotidianamente.

O presidente do Sindicato Weller Gonçalves em entrevistas e vídeos nas redes sociais se faz de defensor dos trabalhadores, mas pelas costas os apunham contendo a luta dos operários em defesa de suas condições vitais. Trata-se de mais um burocrata oportunista que tem em vista utilizar os sindicatos como trampolim político para se promover e chegar a se eleger para o parlamento burguês.

O Boletim Nossa Classe defende o programa de reivindicações da classe operária como bandeira do movimento grevista e coloca como tarefa da classe operária, munida de seu programa, a expulsão das direções burocratizadas e oportunistas dos sindicatos. É urgente a tarefa da organização independente da classe operária em torno à defesa de um salário mínimo vital suficiente para a satisfação das necessidades de uma família, estabilidade no emprego, escala móvel de salários, escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada de trabalho sem redução salarial), efetivação dos trabalhadores terceirizados e o fim da terceirização. Esse programa só pode ser defendido com os métodos de luta da classe operária que são a greve, ocupação de fábricas, controle operário da produção. Por um Dia Nacional de Lutas como parte da construção da Greve Geral. O Boletim Nossa Classe chama os sindicatos, centrais e movimentos sociais a apoiarem de forma ativa a greve na Eaton e convoca os operários grevistas a construir as comissões de fábrica de luta, classistas e revolucionárias, para organizar a luta em defesa do programa de reivindicações da classe operária.

Realizado o Encontro Operário em São Paulo

Com o objetivo de organizar os contatos operários para construir as comissões de fábrica e oposições classistas e revolucionárias, o POR realizou em 11 de abril o Encontro Operário.

O primeiro ponto da pauta foi a situação da classe operária e a elaboração de notas para o Nossa Classe. A retomada da produção na Avibras, indústria aeroespacial de Jacareí, negociada pela direção do sindicato metalúrgico de São José dos Campos, foi uma das questões a ser respondida pelo boletim.

Depois de quatro anos com a fábrica fechada, atrasos de salários, demissões e uma greve passiva, a direção do sindicato realizou assembleia e aprovou um acordo de retomada da produção que permitiu a demissão de 800, dos 1250 operários que trabalhavam na fábrica quando iniciou a greve. O presidente do sindicato, Weller Gonçalves, militante do PSTU, que diz ser socialista, utilizou as redes sociais para comemorar o acordo de demissão e a troca de um patrão explorador por outro como se fosse uma vitória.

Um operário que participou do Encontro informou que perguntou na postagem feita por Weller Gonçalves: como a direção sindical, que se diz socialista pode comemorar um acordo de demissão e a troca de um patrão por outro? Weller, percebendo que o operário sabia que ele era um pelego, respondeu que ele não conhecia a história do sindicato. O operário falou que conhecia e em seguida perguntou: porque a direção do sindicato não convocou a assembleia geral dos metalúrgicos do Vale do Paraíba e aprovou a greve com ocupação da fábrica e o controle operário da produção? Weller, então, com tom irônico, típico dos burocratas, perguntou ao companheiro: controle operário? Onde você já viu isso?

Como podemos ver, Weller, como demais dirigentes sindicais e partidos e correntes centristas, já abandonaram há muito tempo o método da greve com ocupação de fábricas, a expropriação da patronal, a implantação do controle operário da produção e a luta pela estatização sem indenização das empresas privadas. Está si

por que a burocracia sindical, ligada ao PSTU, passou a negociar os mesmos acordos de demissão, PDV, Lay-off, terceirização, redução de salários e direitos como tem feito a burocracia da CUT, Força Sindical e demais centrais pelegas.

A luta pelo fim da escala 6x1 e a defesa de emprego a todos, por meio da escala móvel das horas de trabalho; a defesa de uma campanha salarial unificada e a luta por um piso salarial igual ao salário mínimo vital foram outras propostas de notas aprovadas.

Concluimos o Encontro com a formação política. Iniciamos o estudo do cap. 1 “os requisitos objetivos da revolução socialista” do Programa de Transição da IV Internacional, redigido por Leon Trotsky. No capítulo 1, se afirma que a situação política mundial no seu conjunto caracteriza-se antes de mais nada pela crise histórica da direção do proletariado. Que os requisitos econômicos da revolução proletária atingiram já o mais elevado grau de maturidade que pode ser alcançado sob o capitalismo. As forças produtivas da humanidade, de conjunto, deixaram de crescer. As novas invenções e os novos progressos técnicos já não conduzem a um crescimento da riqueza material. As crises conjunturais nas condições da crise social do sistema capitalista infligem às massas privações e sofrimentos sempre maiores. O crescimento do desemprego avançou. Por sua vez, as crises financeiras abalam os governos, tanto os democráticos quanto os fascistas.

O Programa de Transição conclui: “As afirmações gratuitas de todas as espécies, segundo as quais as condições históricas não estariam ainda ‘maduras’ para o socialismo, não passam do produto da ignorância ou da mistificação consciente. Os requisitos objetivos da revolução proletária não só estão maduros, como já começaram a apodrecer. Sem revolução social, no próximo período histórico, toda a civilização humana está ameaçada de ser arrastada para uma catástrofe. Tudo depende do proletariado, e antes de tudo, da sua vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direção revolucionária”.

**O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR).
Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em
defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.**

**ACESSE O NOSSO
SITE E REDES SOCIAIS
ATRAVÉS DO QR CODE**



A luta nas universidades estaduais de São Paulo expressa a necessidade de unidade

As universidades estaduais têm passado por um período ativo de lutas nos últimos meses. A greve dos trabalhadores da USP (Sintusp), a greve dos estudantes da USP e a ocupação na reitoria, as paralisações na UNICAMP, a ocupação da Faculdade de Artes da UNESP e paralisações em outros campi, e a campanha salarial dos professores, puxada pelo Fórum da Seis (entidade que congrega os sindicatos docentes e de funcionários e os DCEs das Universidades) são os principais movimentos, no entanto ainda carecem de uma unidade mais sólida para afastar o corporativismo de cada setor.

A greve dos trabalhadores da USP, puxada pelo Sintusp, estourou rapidamente depois de a reitoria anunciar a criação de uma nova gratificação, exclusiva para a categoria docente. Trata-se da Gratificação por Atividades Complementares Estratégicas (GACE), com parcelas fixas e não reajustáveis de R\$ 4.500,00 mensais, pelo prazo de até 24 meses e não incorporáveis aos salários. A diferença salarial e de condições de trabalho entre professores e os demais funcionários já é uma marca antiga nas universidades paulistas. A minuta apresentada pela reitoria, foi aprovada pelo

Conselho com 93 votos favoráveis, 8 contrários e 6 abstenções, o que mostra da enorme desigualdade representativa que prevalece nos colegiados da USP, de longe a mais antidemocrática das três universidades quando o assunto é a representação de servidores técnico-administrativos e estudantes. O Fórum das Seis caracterizou a medida como um golpe contra a isonomia.

A greve durou aproximadamente 10 dias, quando, em 23 de abril, os servidores aceitaram as propostas apresentadas pela reitoria, basicamente a concessão de uma gratificação – a ser paga a partir do início de 2027, em torno de R\$ 1.600,00 (mesmo montante dividido entre os funcionários), pelo período de dois anos, além de alguns “compromissos” com outras reivindicações.

Na UNESP os problemas se acumulam, faltando ainda uma ação mais decisiva dos três setores. A professora Sandra Regina Campos morreu dando uma palestra no Instituto de Artes na capital paulista, sem que o local contasse com qualquer aparato médico de primeiros socorros, como exige a legislação. Os próprios alunos tiveram que tentar socorrer a professora que não resistiu.

No campus de Guaratinguetá, um professor foi denunciado por terem sido encontradas fotos de conteúdo de pornografia infantil em seu computador. Além das denúncias em relação à assistência estudantil insuficiente nos diversos campi. Como se vê, a situação exige uma resposta das direções das entidades dos três setores.

Greve e ocupação estudantil na USP

Os estudantes haviam entrado em greve quase ao mesmo tempo dos servidores como forma de apoio e de impulsionar suas próprias reivindicações. Foram, no entanto, deixados para trás quando a greve dos funcionários acabou rapidamente. Apesar disso, a greve estudantil cresceu, atingindo mais de 100 cursos na universidade. As principais reivindicações são a permanência estudantil, as condições e os contratos dos bandejeões, que recentemente tem sido denunciados com casos de comida estragada, com larvas etc., a retirada da minuta que restringem o uso dos espaços estudantis (já retirada pela reitoria) e contratação de professores, devido ao crescimento exponencial dos contratos temporários. O ponto central é o valor do Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE), que atualmente está em R\$ 885,00, insuficiente para a manutenção dos estudantes diante do custo de vida na cidade de São Paulo. A reivindicação estudantil é que o PAPFE seja reajustado para um salário mínimo paulista. A reitoria, apresentou aumento de R\$ 27,00 no PAPFE e reafirmou o calendário acadêmico, o que na prática pressiona os professores a manterem as aulas e provas, desmobilizando a base estudantil. Por fim, a reitoria da USP deu por encerrada as negociações com os estudantes, mesmo com a greve em curso.

Diante da intransigência do reitor Aluisio Segurado, os estudantes ocuparam a reitoria da universidade no dia 7 de maio. Tratou-se de uma ação correta diante do autoritarismo da burocracia universitária, que tem caixa superavitário, premiou professores com R\$ 4.500,00 mensais e que reajustar o auxílio estudantil em apenas 27 reais. A mídia burguesa correu para fazer a defesa da casta burocrática. Segurado deu entrevista para a Folha de SP e para o Estadão negando a reabertura das negociações.

A tarefa do momento é massificar o movimento, fortalecer a ocupação e seguir pressionando a reitoria pelo atendimento integral das reivindicações. O DCE, dirigido majoritariamente pelo Juntos (MES-PSOL) e Correnteza (UP), com os aliados UJC-PCBR, Rebeldia-PSTU e Vamos à Luta-CST, tem apresentado que a única reivindicação da ocupação é a reabertura da mesa de negociação. Um erro, pois uma possível aceitação da reitoria não pode levar a desocupação. A ocupação deve ser o método para conquistar as reivindicações, ou seja, a negociação deve ser retomada com a reitoria ocupada.

Campanha salarial

Já a campanha salarial dos professores e funcionários teve início no mês de abril, e reivindica a reposição salarial, condições de estudo e trabalho, permanência estudantil e financiamento das universidades, que com a reforma tributária deixa de existir a partir de 2027. A reivindicação salarial inicial era a reposição das perdidas de maio/2012 a abril/2026, totalizando 15,97%.

No dia 4 de maio, houve uma manifestação unitária dos três setores na frente da reitoria da UNESP, em São Paulo. O POR acompanhou a manifestação, que reuniu aproximadamente 300 estudantes e alguns professores e funcionários. Estava marcada uma reunião com o Conselho de Reitores (CRUESP). A reunião iniciou com a negação das reivindicações estudantis e a proposta de reajuste salarial de 2%. Terminou com promessa de reajuste de 3,6%, muito aquém dos quase 16% propostos. O Fórum das Seis in-



dicou nova rodada de assembleias para avaliar a vergonhosa proposta dos lacaios do governador Tarcísio. A assembleia da ADUSP negou a proposta do CRUESP, mas aceitou uma contraproposta rebaixada da direção do Fórum das Seis: IPCA (~ 4,14%) + 2%.

A contraproposta do Fórum é absurda por dois motivos: em primeiro lugar porque as negociações mal comeram e já rebaixaram a proposta inicial (15,9%) para menos da metade (~ 6,14%); em segundo lugar, porque não foram capazes de avaliar a tendência mais geral do movimento. Os professores não estão isolado nesse momento, existe toda uma tendência de luta puxada principalmente pelos estudantes em greve com ocupação. O momento era de ir para próxima reunião de negociação (dia 11/5) com a força da greve e do movimento unitário. A contraproposta, assim, se transforma numa traição tanto à categoria quanto aos estudantes que estão em luta.

Como se vê, os três setores das três universidades possuem reivindicações e condições de organizar a luta para impor uma derrota ao governo Tarcísio. No entanto, apesar da pauta unificada pelo Fórum das Seis, os movimentos têm sido corporativos, independentes, permanecendo apenas sobre a base de uma unidade formal, em palavras. A ausência, até o momento, de uma assembleia geral universitária, dos três setores, e de um comando de greve e mobilização unificado expressa o corporativismo prático das direções desses movimentos. A incapacidade de organizar um movimento unitário de fato fortalece a reitoria que oferece migalhas aos professores e funcionários, e isola os estudantes.

A ausência de uma política proletária na luta universitária é a raiz do problema. Prevalece a divisão, ainda que não falem discursos de unidade e de luta conjunta. A reivindicação inicial dos professores, só poderia ser alcançada em aliança com o poderoso movimento estudantil em curso. Ao mesmo tempo, que os estudantes da USP só poderão conquistar suas importantes reivindicações de permanência, se se formar um movimento unitário com professores e demais funcionários, inclusive para rechaçar a minuta de manutenção do calendário escolar. Estão postas as condições para uma greve geral dos três setores nas três universidades paulistas, o que imporia uma derrota acachapante ao governo Tarcísio e aos reitores lacaios.

O POR trabalha para formar uma fração proletária no seio do movimento estudantil, docente e de técnicos-administrativos, sob a base de uma política proletária para a universidade. O programa da Corrente Proletária na Educação expressa essa necessidade.

Ceará

Estudantes realizam "catração" no RU e impõem almoço gratuito

Na primeira quarta-feira de maio (06), o conjunto do movimento estudantil do campo classista, juntamente com o DCE da UFC, realizou um catração no RU do Campus Benfica, impedindo que qualquer estudante tivesse de pagar pelo seu almoço. O estopim da mobilização se deve ao estado da infraestrutura do espaço, que teve pelo 1/3 do local interditado devido ao teto que está prestes a cair. Ao invés das duas filas tradicionais para entrar, apenas uma estava funcionando, em razão da interdição, o que aumentava em muito a demora no atendimento. Com o ato e a gratuidade imposta pelos estudantes, a fila reduziu drasticamente, em menos de meia hora, e os próprios estudantes, junto aos trabalhadores, garantiram o funcionamento do espaço. Isso demonstra a capacidade que têm os estudantes e trabalhadores de organizar a universidade pelas suas próprias mãos.

A Corrente Proletária Estudantil (CPE) esteve presente na manifestação e respondeu aos problemas da universidade com sua linha política. Reivindicou o fim das terceirizações e que todo traba-

lhador seja efetivado pela UFC, tendo todos os direitos garantidos, com redução de jornada de trabalho e um salário mínimo vital. Assim como também reivindicou que a comunidade universitária tenha o controle do R.U. e que todas as refeições sejam gratuitas e garantidas pela universidade.

Esta luta inevitavelmente deve se ampliar ao combate às contrarreformas e o Arcabouço Fiscal, que sugam a maior fatia da verba que iria para a educação e destinam aos banqueiros e aos credores da dívida pública. E é exatamente por causa disso que precisamos encarar essa luta através dos nossos próprios métodos, o da luta de classes, da unidade entre trabalhadores e estudantes e da independência diante das burocracias e dos capitalistas.

Todo apoio à luta dos estudantes da UFC!

Em defesa da completa gratuidade e controle estudantil do RU!

Em defesa de um governo universitário tripartite (de estudantes, professores e demais trabalhadores).

São Paulo

Trabalhadores da educação municipal continuam em greve

Milhares de trabalhadores tomaram a Avenida 23 de Maio – uma das principais vias da cidade – no dia 6/5, para protestar em defesa da educação pública. A manifestação ocorreu logo após uma breve concentração em frente à SME (Secretaria Municipal de Educação) e foi concluída em frente à Prefeitura, onde foi instaurada a assembleia da categoria. Diante da proposta do prefeito Ricardo Nunes, que veio na forma do PL 354, os educadores deliberaram acertadamente pela continuidade da greve, com nova assembleia para o dia 13/5.

O PL 354, além de não atender à reivindicação, ainda impõe um ataque à educação infantil, com uma cláusula que permite a opção de transformação do cargo de PEI (Professor de Educação Infantil) em PEIF (Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I), o que favorecerá o caminho da privatização na Educação Infantil, com o esvaziamento ainda maior da rede pública direta, e ainda poderá levar o educador à perda de salário com a mudança de jornada.

Hoje, quem está na J30 – que é o caso de todos que trabalham nos CEIs (popularmente chamados de creches) – recebe o equivalente à JEIF (Jornada Especial Integral de Formação), com salários mais elevados. No entanto, a transição para o Ensino Fundamental condiciona a integração à JEIF a quem tem regência com alunos, sendo a jornada do cargo a JBD (Jornada Básica do Docente), com salário cerca de 30% inferior. Ou seja, se o educador que hoje está no CEI optar por transformar o cargo em PEIF, segundo o PL 354, só receberá salário igual ao da J30 se conseguir turmas (25 aulas) na atribuição de aulas.

O PL 354 traz ainda o índice de reajuste proposto pelo prefeito Nunes, uma migalha de 3,51%, dividida em duas parcelas: 2,00% em maio de 2026 e 1,48% em maio de 2027, mais a aplicação do mesmo índice ao vale-alimentação e ao auxílio-refeição. Essa quantia se somaria aos 2,55% do penduricalho da greve anterior – que já foi corroído pela inflação. Segundo os dados do IBGE, a inflação até janeiro/2026 (ou seja, sem contar o desgaste salarial referente ao primeiro trimestre deste ano) foi de 4,6%.

Como se vê, o governo lançou um ataque à categoria, que respondeu com o crescimento da greve e com uma marcha massiva

no dia 6/5. Diante do fortalecimento da mobilização, Nunes lançou mão da repressão novamente, procurando a via da judicialização da greve. Segundo informe da direção sindical, “Na sentença, o desembargador do Tribunal de Justiça (TJ) determinou que, para que a greve não seja considerada abusiva, cada escola deve manter 70% dos trabalhadores em atividade e marcou audiência de conciliação entre a Coeduc e o governo para a próxima quarta-feira, 13/05. A multa para os sindicatos pelo descumprimento da sentença é de R\$ 10 mil por dia”.

Os trabalhadores foram informados da judicialização pelo presidente do SINPEEM na assembleia, após a longa marcha do dia 6/5, e não se intimidaram: a decisão consciente pela continuidade da greve indicou o caminho correto para responder à repressão: ampliar a mobilização. Trata-se de defender o direito irrestrito de greve e manifestação, como condição para continuar enfrentando os planos de destruição da educação pública pelos governos e prosseguir no combate pelas reivindicações dos trabalhadores.

Com a decisão de continuar a greve, a tarefa agora é fortalecer os comandos regionais e ampliar o índice de paralisação das escolas, combinando essa tarefa com a realização de novos atos massivos de rua. Vale ressaltar que o PL 354 foi aprovado em primeira votação na Câmara Municipal ainda no dia 6/5 – o que já era esperado, pois Nunes tem ampla maioria no Legislativo. É preciso manter a linha de pressão sobre o governo, afastando o caminho seguido nos anos anteriores de “virar voto” dos vereadores, com as “vigílias” em frente à Câmara. Esse método só tem levado a derrotas e mais derrotas. A maioria dos vereadores comunga da cartilha privatista de Ricardo Nunes e vota somente aquilo que ele determina. São lacaios do capital financeiro e de nada adiantam os “argumentos”.

A Corrente Proletária defendeu, no panfleto e ao microfone no caminhão de som durante a marcha, a continuidade da greve, a unidade do funcionalismo – em oposição ao divisionismo das direções sindicais – e o fortalecimento da greve por meio de medidas concretas, para derrotar a intransigência do governo e levar a mobilização à vitória. Essa linha permanece vigente.

Somente a ação direta massiva pode arrancar a abertura de uma mesa única de negociação do governo com a Fasubra!

Que a reunião da Fasubra com o MEC seja transmitida para as bases!

No dia 7 de maio, o Ministério da Educação (MEC) convidou a Direção Nacional (DN) e o Comando Nacional de Greve (CNG) da Fasubra-Sindical para uma reunião na semana do dia 11 de maio, preferencialmente no dia 13, para apresentação da resposta do MEC ao Ofício Conjunto Fasubra-Sinasefe N.º 02/2026. O convite ocorre no momento em que a retomada da greve da Fasubra completou 73 dias atingindo 54 Instituições Federais de Ensino (IFEs) em todo o país, tendo ganhado projeção no último período e afetado os interesses eleitorais do governo.

O piquete realizado no MGI em 15 de abril conquistou uma reunião, em que foi evidenciada a posição do governo de não encaminhar vários itens acordados com os técnico-administrativos em educação. O ato estadual realizado no dia 7 em Viamão, no Rio Grande do Sul, fez o Ministro da Educação assinar um documento comprometendo-se a abrir negociação com a Fasubra. Junto a isso, nota-se que na semana passada, sem nenhuma informação oficial, a Fasubra divulgou uma notícia na qual considera uma semana “decisiva para se conseguir abertura de negociação com o governo” (28/04) e o Sintufjr publicou um post em que define itens prioritários “para negociação final com o MEC” (30/04), indicando que a força política majoritária (UNIR/CUT) da federação aguardava esta reunião.

Na semana passada, o CNG aprovou rodada nacional de assembleias na base da federação para priorização de itens da pauta, o que, em certa medida, visa preparar o terreno para encerrar o movimento grevista que, até então, não conta com mesa de negociação da pauta da greve. Um levantamento preliminar indica uma divisão da categoria quanto à orientação do CNG, mas o mais provável é que a maioria decida pelo estabelecimento de itens prioritários, visto que essa tem sido uma política generalizada durante a Campanha Salarial.

Paralelamente, nos últimos dias algumas bases da Fasubra, como ASSUFBA e ASSUFOP, ambas dirigidas pelo PCdoB/CTB,

aprovaram indicativo de saída da greve, demonstrando a disposição de encerrar o movimento neste momento. Devemos criticar essa movimentação, mantendo a unidade grevista nacional e reforçando a mobilização política da categoria.

Apesar do e-mail-convite do MEC não prevê uma reunião de negociação, o fato é que ocorrerá uma reunião em que o MEC dará a sua resposta sobre itens descumpridos pelo governo. Ocorre que o MEC não tem competência sobre a maioria dos itens pendentes. O fato de se dispor a responder o Ofício Fasubra-Sinasefe N.º 02/2026 (06/03), enviado à revelia das instâncias sindicais, e não o Ofício Fasubra N.º 27/2026 (23/02) com a pauta aprovada na Plenária da Fasubra já aponta o desvio.

Sem uma grande mobilização, tudo indica que, na melhor das hipóteses, o MEC apenas informará sobre encaminhamentos relativos a alguns dos itens pendentes, como as regulamentações dos cargos, da jornada flexibilizada e da hora ficta com a promessa de discutir os demais itens nas diversas mesas de enrolação. Para evitar o encerramento da greve nacional sem que o movimento tenha conquistado as reivindicações ou esgotado suas forças, o CNG precisa ser firme em orientar o fortalecimento da greve nas próximas semanas. Por isso propomos: exigência de cumprimento integral do Termo de Acordo N.º 11/2024; transmissão em tempo real da reunião da Fasubra com o MEC pelos canais da Fasubra; realização de ações diretas massivas, como manifestações de rua, piquetes, trancamentos e ocupações, entre os dias 11 e 14 de maio de 2026, exigindo a abertura imediata de uma mesa única de negociação das demandas de greve, com participação da Fasubra e de todos os órgãos pertinentes (MEC, MGI, Casa Civil); rodada nacional de assembleias presenciais entre 14 e 20 de maio para avaliação da reunião com o MEC e articulação da unidade com as demais greves e lutas em curso; fim das restrições do direito de greve e da repressão aos grevistas.

São Bernardo do Campo

Sindserv SBC: Direção enterra campanha salarial, mas base segue mobilizada

A atitude da direção do Sindserv SBC (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Bernardo do Campo) nos últimos dias é a expressão mais nítida do peleguismo e da degeneração de uma burocracia que virou as costas para os trabalhadores. No dia 22 de abril, a base, demonstrando imensa disposição de luta em sua campanha salarial, votou de forma legítima e soberana em assembleia pela paralisação no dia 24 e pela realização de um grande ato na Praça Santa Filomena. O recado era claro: os servidores municipais não aceitariam as migalhas da prefeitura.

No entanto, em vez de organizar a paralisação e fortalecer o movimento, a cúpula do sindicato manobrou. Na noite do dia 23, por volta das 20h, com menos de 12 horas de antecedência, publicaram a convocação de uma “nova assembleia” para as 7h do dia seguinte. Essa convocação atropelou de forma flagrante o próprio estatuto da entidade, que exige um mínimo de 3 dias úteis de prazo. Tratou-se de uma tática rasteira, típica de direções burocratizadas, com o único objetivo de esvaziar a decisão da base, impedir o debate e impor a pauta do patrão.



O que se viu na manhã do dia 24 na Praça Santa Filomena foi um teatro grotesco, um verdadeiro golpe contra a democracia ope-

rária. A direção do sindicato leu a proposta da prefeitura, demonstrando concordância em aceitar e encerrar a campanha salarial, e, em um passe de mágica cínico, colocou em votação e declarou a aprovação da proposta por contraste visual, uma mentira deslavada, evidente para os trabalhadores presentes, que majoritariamente rejeitaram a proposta. Diante da justa revolta generalizada da categoria, a direção se recusou a fazer a contagem dos votos e fugiu do local escoltada pelas forças de repressão do Estado, escancarando o medo que têm da própria classe que dizem representar.

A direção do sindicato atuou como correia de transmissão do governo dentro do movimento sindical, não respeitando a vontade da sua base, impondo à sua vontade à revelia das assembleias, e fugindo da luta. Essa é uma prática abertamente antissindical e antidemocrática para desarmar e desmoralizar os trabalhadores no momento exato de enfrentar os ataques do executivo municipal.

A resposta dos servidores de São Bernardo do Campo foi a melhor lição de independência de classe. Revoltados com a traição, os trabalhadores não baixaram a cabeça e não voltaram para casa desmobilizados. De forma espontânea, a categoria levou adiante a paralisação aprovada na assembleia anterior, tomou as ruas, desfez o freio de mão puxado pela direção pelega e marchou em um ato combativo até o Paço Municipal. Mesmo com as manobras da direção do sindicato junto com a prefeitura, a votação e o ato mostraram uma forte tendência de luta da base.

Isso indica que a força da base é imensa e não cabe nas amarras da burocracia. Na tradição histórica do movimento operário, sabemos que quando as direções vacilam ou traem, é a auto-organização da base que garante o avanço da luta. Para arrancar as reivindicações e derrotar o arrocho da prefeitura, os trabalhadores precisam confiar exclusivamente em suas próprias forças e métodos de luta. É fundamental repudiar a fraude da atual Direção do Sindserv-SBC, e construir uma oposição de luta em cada local de trabalho (escolas, UBSs, autarquias e setores administrativos), garantindo que os rumos do movimento sejam decididos pelos próprios servidores, sem depender de manobras de cúpula.

Infelizmente um setor da oposição já vislumbra criar uma associação, o que se constitui como um desvio da tarefa de constituir uma oposição sindical independente e combativa para varrer a direção colaboracionista e recuperar o sindicato para a luta de classes. O sindicato deve ser uma ferramenta de luta da classe, e não um balcão de negócios da diretoria com a gestão municipal. A oposição não deve atuar pela via divisionista e aparelhista e sim pela unidade política e organizativa sob a base das reivindicações e dos métodos de luta dos trabalhadores.

Todo apoio à mobilização da base dos servidores de SBC! Abaixo as manobras burocráticas! Por um sindicato classista, democrático e de luta!

São Paulo

Golpe da burocracia da Apeoesp contra a decisão do Congresso e da Campanha Salarial

Depois de meses de silêncio sobre as eleições do sindicato, a direção conseguiu do governo direitista de Tarcísio um abono de ponto para 600 conselheiros estaduais. Assim, no dia 6 de maio convocou a reunião do Conselho de Representantes Estaduais, com um objetivo de adiar as eleições da Apeoesp e pôr fim à campanha salarial.

Segundo o novo estatuto, as eleições deveriam ocorrer a cada quatro anos e se realizaria nesse mês de maio. Tratava-se de uma proposta de ampliação do mandato dos diretores de três para quatro anos e de adoção do mês de maio como referência. Portanto, uma proposta da própria direção do sindicato, que foi combatida pelas correntes de oposição.

A manobra foi vergonhosa. A comissão eleitoral, constituída somente por membros da direção do sindicato, solicitou que o advogado fizesse um parecer jurídico assinalando que não se referia ao adiamento das eleições, mas sim a aplicação real dos estatutos aprovados. Dessa forma, apresentou a proposta de realizá-la somente em maio de 2027. O que gerou protestos de setores da oposição.

Inúmeros conselheiros pediram a palavra. Um dos diretores acabou revelando que se tratava de um adiamento. A justificativa foi a de que era impossível fazer as eleições da Apeoesp, um sindicato com mais de 100 mil filiados e de âmbito estadual, diante de uma conjuntura em que a militância necessita redobrar seus esforços para reeleger Lula e fortalecer as bancadas parlamentares do PT e aliados. Outros diretores e correntes que compõem a direção, como o PSOL, reproduziram os mesmos argumentos eleitoreiros. Uns pelo adiamento, outros pelo não adiamento, mas todos sob o mesmo propósito de juntar forças para impedir que a ultradireita e a direita derrotasse Lula. Não faltaram discursos também em favor

da eleição de Haddad para governador e da reeleição de Maria Izabel, presidente da Apeoesp.

O POR interveio mostrando o quanto essa direção subordina o sindicato à política burguesa. Que o argumento da burocracia pelo adiamento é o retrato fiel da ausência de independência política diante das disputas interburguesas em torno às eleições de outubro. E o quanto ilude os trabalhadores de com as eleições é possível derrotar a ultradireita e direita. Portanto, a defesa da independência política do sindicato. Por outro lado, assinalou o princípio da democracia sindical. O Congresso da Apeoesp aprovou a realização das eleições esse ano, e cabe a essa direção colocá-la em prática. Nesse sentido, defendeu o não adiamento das eleições.

Como a burocracia conta com a maioria dos conselheiros, a proposta de adiamento para 14 de maio de 2027 foi vencedora, sob enorme protesto da oposição.

No entanto, esse CR tinha mais um objetivo, que era pôr fim à campanha salarial em nome de um calendário de mobilização, voltado à rejeição ao PL 1316 de Tarcísio de Freitas, que elimina conquistas históricas do magistério e legaliza os métodos empresariais no trato do funcionalismo, como as avaliações punitivas que expulsa professores efetivos e demite os contratados. O POR se colocou contrário à liquidação da campanha salarial, defendeu a convocação de assembleia e a unidade com os professores municipais que estão em greve. Fez uma saudação aos grevistas das universidades federais, que exigem que Lula compre o acordo da greve de 2024.

Como se vê, o CR, que teve a concordância de Tarcísio com o abono de ponto, cumpriu o propósito da burocracia, que jogou para longe as eleições sindicais e pôs fim a enorme pauta de reivindicações, sem nada obter.

Rondônia

Balço do XVI Congresso do SINTERO burocratizado, engessado pelo eleitoralismo

O XVI congresso aconteceu nos dias 28, 29 e 30 de abril com o tema “Plano Nacional de Educação: Educação para a vida com desafio de transformação e inclusão”.

Foi um congresso ainda mais burocratizado que os anteriores mais recentes. O regimento aprovado se mostrou como negação da democracia sindical, para assim privilegiar ações burocrático-eleitoreiras. Após o intervalo de aproximadamente seis anos do último congresso, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (SINTERO) comparece em grau avançado de estatização.

À noite foi instalada a mesa de abertura que tratou de assuntos ligados ao tema central do congresso: “Plano Nacional da Educação: Educação para a vida com desafios de transformação e inclusão”. Na composição da mesa se encontravam integrantes da Conferência Nacional da Educação (CNE), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e representantes da defensoria pública, dentre outros. A palestra de abertura, que os organizadores do Congresso deram o nome de “Palestra Magna”, foi proferida por Fátima Silva e Carlos Abicalil, que apresentaram um resgate histórico existista dos Planos Nacional da Educação desde os primórdios até hoje. Na exposição, obscureceram a aguda crise na educação, marcada pelo elevado processo de privatização do ensino público em todos os níveis, fruto da profunda crise do capitalismo.

O segundo dia do congresso iniciou com a votação do regimento. A mesa apresentou propostas prontas que inviabilizaram a indicação de moções em defesa de trabalhadores, vítimas das diversas opressões. As moções para serem apresentadas necessitavam de duzentas assinaturas da plenária, diferente dos Congressos anteriores, nos quais as moções eram apresentadas e aprovadas em plenária aberta.

Quanto às inscrições de teses e textos, foram inviabilizadas devido aos controles burocráticos da escrita, com orientações acadêmicas e divulgação insuficiente, que resultou no registro apenas da Tese da Corrente Proletária da Educação (CPE). As apresentações também foram comprometidas devido aos controles e insuficiência do tempo, votado pelo regimento. Na programação, indicava 30 minutos para as duas teses e sem intervenções referentes as temáticas das teses, que foi reduzida a apenas sete minutos para cada uma. O que prejudicou muito a exposição dos pontos centrais.

Após a votação do Regimento do Congresso, iniciaram-se as palestras da manhã. O ex-prefeito petista Roberto Sobrinho, Fátima Silva e Claudemir apresentaram discursos, limitando-se à apresentação da conjuntura política e educacional no Brasil e em Rondônia. Esse tipo de comentário sobre a conjuntura, longe de ser analítico, deixou de fora as questões internacionais, ignorou as guerras dos Estados Unidos e Israel contra o Irã, o massacre dos palestinos na Faixa de Gaza, a mortandade na Ucrânia e a intervenção do imperialismo na Venezuela.

As atividades da manhã do dia 29 encerram com a palestra proferida por Fernando Cássio da USP, que versou sobre “O Ensino Médio e a Mercantilização da Educação Pública”. O seu academicismo impossibilitou que o congresso tirasse conclusões e uma linha de luta em defesa do sistema único estatal, público e contro-

lado por quem estuda e trabalha. As críticas à mercantilização se fazem adaptadas ao capitalismo e à democracia burguesa, que são típicas do PT e aliados.

No decorrer da tarde, as palestras da 1ª Mesa de Debates sobre a “Igualdade Racial, Violência Contra as Mulheres, ECA Digital, Cibernética, Fake News e Violência Contra Docentes foram proferidas pelo Dr. Fábio Roberto e a Dra. Míria e Mayra Carvalho. A segunda Mesa com os temas Plano de Carreira e Valorização Profissional, Aposentadoria e Reforma e Saúde do Trabalhador, foram proferidas por Henrique, representante da CUT de Mato Grosso, Serginho da CNTE e Claudete Pagotto da USP.

Todos os palestrantes apresentaram as temáticas concernentes aos planos decenais da educação e enfatizaram como conquistas, graças às supostas lutas das entidades. Ofuscaram com as falas de conciliação de classe, a superexploração sobre os trabalhadores da educação, as perdas de conquistas e cercos sobre as lutas, advindas das contrarreformas trabalhista, previdenciária e administrativa e perdas ainda maiores na fase da aposentadoria. São aspectos que a militância porista, no decorrer do Congresso, apontou nas intervenções realizadas.

No dia 30 pela manhã, estava prevista na programação do Congresso a participação dos pré-candidatos ao governo do estado com direitos de apresentar aspectos a serem inseridos nos seus programas eleitorais. Nesse momento, se revelou claramente o objetivo de arregimentação eleitoral do PT e aliados.

A militância da CPE rechaçou a forma como o congresso foi conduzido e conteúdo oportunista dos eleitores. Descaradamente, sobretudo os palestrantes, dirigentes entidades sindicais e de movimentos sociais, conclamaram os delegados congressistas a elegerem seus representantes no parlamento para fortalecer a reeleição do governo Lula. Em meio a tanta propaganda eleitoral, as Teses da CPE teve seu tempo prejudicado. A burocracia do SINTERO calculou a forma de diluir e bloquear qualquer disposição dos delegados de discutirem o que se passa na educação e de procurarem um caminho coletivo de luta.

Mesmo assim, um número significativo de delegados expressou boa receptividade às nossas intervenções e procurou nossa militância para entender melhor as consignas que defendemos e adquirir os materiais publicados pelo partido, na defesa do internacionalismo proletário, da frente única anti-imperialista, na defesa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina e Oriente Médio, na defesa da Frente Única Sindical, na defesa do povo palestino etc.

A última atividade do dia foi o lançamento e distribuição do livro publicado pelo setor jurídico do Sintero, que consiste em memórias da luta de dez mil servidores do estado de Rondônia que foram demitidos pelo governo Bianco no ano de 2000 e três anos depois foram reintegrados.

A intervenção do POR no Congresso ainda se deu com a exposição da banca de materiais, com manifesto próprio endereçado aos delegados, com a defesa da tese da CPE/POR e intervenções nas plenárias com revezamento de camaradas expressando a política da classe operária. Por fim, uma chamada dos simpatizantes para discutir o balanço do Congresso do XVI Congresso do Sintero.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por



IFPE

I^a Rodada de Assembleias da gestão SINDSIFPE CLASSISTA E INDEPENDENTE

Construir a luta em defesa dos salários

O POR compõe a nova gestão do sindicato do IFPE, Sindsifpe Classista e Independente, com Ação Socialista (APS/PSOL) e independentes. Como parte do planejamento de ações políticas, entre 04 e 27 de maio realizou a 1^a Rodada de Assembleia nos campi do IFPE. Dentre a pauta apresentou a nova gestão; discussão sobre participação em atividades sindicais, como Congresso Nacional do Sinasefe; questões relacionadas à categoria, como RSC-TAE e reposicionamento docente, perdas salariais e eleição de representantes de base.

Diante do tempo de congelamento e reajustes, que não cobriam inflação do período, os TAEs foram os que mais participaram da assembleia, atraídos pela pauta da RSC-TAE, que significará uma possibilidade de aumento na remuneração. Por isso, decidimos trazer para a pauta as perdas salariais. Essa discussão fez com que alguns servidores fossem destacando como foram sentindo a perda salarial, apontando a redução do poder de compra do salário do período que ingressaram até agora. Um TAE fez crítica à política das direções sindicais de negociarem gratificações no lugar de salário, a exemplo da RSC (Reconhecimento de Saberes e Competência), que não é acrescentado ao salário-base.

Em um dos campi, um servidor propôs a possibilidade de debate sobre educação financeira, como forma de tentar orientar os servidores diante do quadro de avançado endividamento dos servidores. A gestão se posicionou apontando a importância de se promover a discussão sobre a desvalorização dos salários nos últimos anos, mas enquanto sindicato, a promoção de “educação financeira” só servirá para sinalizar aos servidores que devem administrar a situação de miséria, enquanto a tarefa deve ser lutar para uma real recomposição do salário. Assim, defendemos que é preciso fazer uma campanha em defesa dos salários, levando para a próxima Plenária Nacional do Sinasefe. Uma servidora perguntou sobre a pauta de redução da carga horária de 40 para 30 horas.

O POR respondeu que isso também não foi cumprido pelo governo, assim como o fim do ponto docente. Reforçamos a importância da greve da FASUBRA, e ao mesmo tempo o problema de seu isolamento, quando nós, do Sinasefe e o ANDES-SN não estão juntos como em 2024.

A rodada de assembleia nos campi será realizada a cada semestre, além das assembleias gerais, e é parte da política de fortalecimento do sindicato, com aproximação da base para construção de pauta de reivindicações e campanha de filiação.

São Paulo - ABC

Da esfera privada à emancipação coletiva: o trabalho doméstico sob a ótica de classe

O 27 de abril, Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica, não é uma data para celebrações vazias, mas sim um dia de denúncia e de luta sob a ótica dos explorados. A legislação burguesa, a exemplo da “PEC das Domésticas”, já demonstrou seus limites históricos na tentativa de garantir condições de trabalho a essa categoria.

A ineficácia dessas leis salta aos olhos diante da realidade: 76% dessas mulheres atuam sem carteira assinada e 65% não contam com contribuição previdenciária. Pior ainda é constatar a persistência da herança escravocrata no Brasil moderno, brutalmente exemplificada pelo caso de Sônia Maria de Jesus, mulher negra e surda, mantida por quase quatro décadas em situação análoga à escravidão na casa de um desembargador. O Estado burguês e seu judiciário são incapazes de protegê-las justamente porque, em sua essência, operam para resguardar a propriedade privada e a exploração.

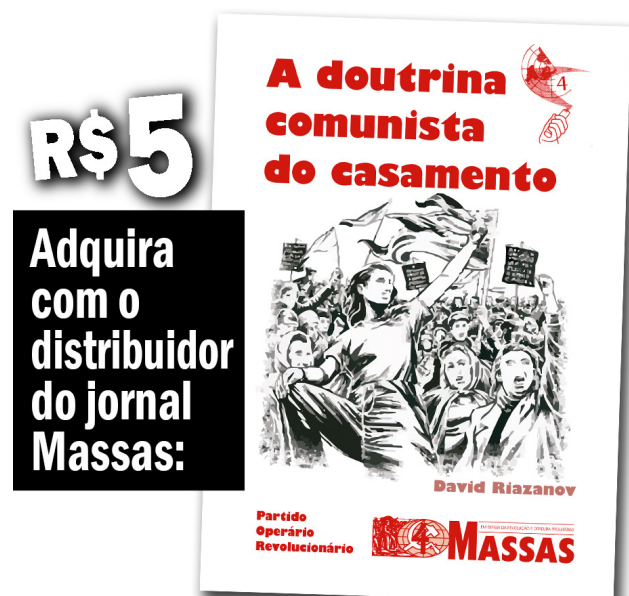
Afinal, o trabalho doméstico não é um “favor” ou uma extensão natural do papel feminino, mas sim o motor invisível da reprodução social no capitalismo. Sem as tarefas de limpar, cozinhar e cuidar, muitos trabalhadores não poderiam retornar às fábricas, aos escritórios e ao comércio no dia seguinte para continuar gerando lucro aos patrões.

O grande trunfo do capital, contudo, é relegar esse trabalho à esfera privada e individual das casas. Esse confinamento fragmenta a categoria e impõe uma severa barreira à sindicalização e à organização política. Sem um espaço comum como o “chão de fábrica” e sem direções sindicais classistas, o trabalhador doméstico se vê isolado para responder coletivamente à brutal exploração.

Para uma verdadeira emancipação, é imperativo arrancar o trabalho reprodutivo do âmbito privado e trazê-lo para a esfera pública. Apenas com a socialização do trabalho doméstico, trans-

formando-o em um serviço garantido pela sociedade, será possível forjar bases sólidas que unifiquem essas trabalhadoras ao restante da classe operária.

Conectar as necessidades imediatas das trabalhadoras domésticas à superação do sistema capitalista exige, portanto, um programa de reivindicações transitórias. Isso passa pela construção massiva de restaurantes comunitários, lavanderias públicas, creches em tempo integral e centros de cuidado para idosos; pela adoção de uma escala móvel de salários e horas de trabalho, combatendo o desemprego e o subemprego; e, fundamentalmente, pela aliança imediata de suas lutas com os demais sindicatos operários.



R\$5

A doutrina comunista do casamento

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

David Riazanov

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Solidariedade ao companheiro Zé Maria do PSTU contra a perseguição sionista

Tomamos conhecimento nesta terça-feira (27) que o companheiro Zé Maria, do PSTU, foi condenado pela justiça burguesa a 2 anos de prisão por crime de “racismo”. A decisão absurda foi emitida pela 4ª Vara Criminal Federal, em um processo movido por entidades sionistas, como a Conib (Confederação Israelita do Brasil) e a Fisesp (Federação Israelita do Estado de São Paulo). A condenação se refere a um pronunciamento em defesa do povo palestino, com críticas ao Estado de Israel.

Trata-se de um ataque sem precedentes aos lutadores que se colocam contra o genocídio desfechado pelo Estado sionista sobre os palestinos, e contra os ataques ao Líbano e ao Irã, apoiados pelo imperialismo norte-americano. O pronunciamento do Zé Maria em um ato na Av. Paulista que o levou a sua condenação foi: “Todo ato de força, todo ato de violência do povo palestino, contra o sionismo é legítimo, e nós temos que apoiar aqui na palestina e em todo o mundo. (...) Mas não só que para isso, é para também colocar, de uma vez por todas, um ponto final no Estado sionista de Israel.”.

Essa denúncia e posicionamento em defesa do povo palestino, que está sendo massacrado na Faixa de Gaza, sobretudo, tem nosso apoio. Para o POR, o fim do Estado Sionista virá com a revolução social, que estabelecerá uma República Socialista da Palestina, que unificará e abrigará irmanados palestinos, judeus e outras nacionalidades, bem como impulsionará a luta da classe operária e dos demais explorados pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Na mídia burguesa, nos canais da direita e nos pronunciamentos dos politiquinhos reacionários, é comum a tentativa de caracterizar o antissionismo como antissemitismo, uma falsificação espúria já que o sionismo não expressa o conjunto do povo judeu, mas sim ao movimento vinculado ao capital financeiro e ao imperialismo, que sustenta a necessidade da criação e manutenção de um Estado judeu sobre a base do expansionismo e colonialismo.

A manobra da justiça de realizar a condenação por crime de “racismo” indica que ainda não possui mecanismo jurídico para

enquadrar como antissemitismo. É aí que o projeto da deputada Tabata Amaral-PSB (PL 1424/26) vem justamente no sentido de embasar essa falsa caracterização e esmagar a luta contra o genocídio palestino com condenações criminais aos que lutam. Está aí a necessidade de vincular a defesa do companheiro do PSTU com a luta pelo fim da PL sionista da Tábata Amaral.

A utilização pelo Estado de Israel e pelos seus braços políticos, montados no Brasil (Conib e Fisesp), da Justiça brasileira indica o quanto o sionismo foi incorporado pela burguesia e o quanto influencia a política nacional. A decisão de condenar o dirigente do PSTU é a demonstração claríssima da importância que alcançou nosso movimento de defesa do povo palestino. O que também ocorreu em nível internacional. As camadas mais esclarecidas e politizadas da classe operária e da classe média empobrecida condenaram e continuam a condenar o genocídio na Faixa de Gaza, agora agravado com o retorno à matança no Líbano e com a monstruosa guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã. Esses são os reais motivos que levam a Conib e Fisesp a utilizar a política e a justiça burguesa brasileira a perseguir e condenar os lutadores antissionistas e, por isso mesmo, jamais antissemitas.

Sem dúvidas, o avanço do sionismo no Brasil conta com o refluxo das manifestações de rua e das lutas como um todo em defesa dos palestinos. O suposto cessar-fogo apenas tem reorientado as ações sionistas no Oriente Médio. Trata-se assim de recuperar o terreno perdido utilizando os métodos de luta da classe operária e demais trabalhadores. Trata-se de organizar a frente única anti-imperialista em defesa da autodeterminação das nações oprimidas.

Vencer o sionismo através da luta de classes!

Retomar as manifestações em defesa do povo palestino, libanês e iraniano!

Derrubar a condenação da justiça burguesa com a força da luta coletiva!


Toda solidariedade ao companheiro Zé Maria!

LANÇAMENTO

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

SinTUFABC



Construir uma direção classista e democrática para defender a força de trabalho e a universidade pública!

Por uma fração revolucionária no funcionalismo público!



Crítica programática ao PCBR



Apontamentos sobre os documentos do XVII Congresso extraordinário do PCBR



Grupo de Estudos do Marxismo retoma seus trabalhos

No dia 5 de maio, o Grupo de Estudos do Marxismo (GE), do POR, retomou suas atividades depois de alguns meses de interrupção. Escolhemos retomar a leitura e estudo de textos clássicos básicos do marxismo, textos de cabeça de todo operário consciente, como afirmou Lênin certa vez. Iniciamos com o livro *Do Socialismo Utópico ao Científico*, de Engels. A reunião contou com a participação de 26 pessoas, entre militantes e simpatizantes do POR.

Inicialmente, se realizou uma homenagem ao camarada Fernando Pessoa, porista de Minas Gerais, falecido no mês de abril, participante assíduo do GE. Foi feita uma consideração sobre a importância do GE para a aproximação e formação do camarada, que, ao conhecer mais a fundo as ideias do POR através do GE, decidiu por ingressar no partido e iniciar a construção da regional em MG.

Passamos para a rodada de informes dos companheiros das diversas regionais. O tema principal desses informes foi o 1º de Maio. De conjunto, se evidenciou a política divisionista e distracionista das direções políticas do movimento social. Por um lado, as burocracias se dividiram, como na Grande São Paulo, onde foram realizadas 5 manifestações separadas, por outro lado, onde as manifestações foram unitárias, prevaleceu o distraccionismo, as festividades e o culturalismo, opostos à necessidade de luta e organização que a situação concreta exige. A reivindicação principal dessas manifestações foi o fim da escala 6x1, mas sob o conteúdo eleitoral dado pelo governo burguês de Lula no último período.

Também foi dado informe sobre a crise no Oriente Médio, demonstrando que no Brasil o sionismo tem agido através da perseguição política aos lutadores, com o aval da justiça burguesa, como no caso da condenação do Zé Maria, do PSTU. Também foi feita a defesa da liberdade imediata do brasileiro Thiago Ávila e do palestino Saif Abu Keshek, que foram sequestrados em águas internacionais pelo exército israelense.

Em seguida, iniciamos o estudo do livro, mas como se tratava de um primeiro encontro, fizemos apenas considerações gerais, não entrando no detalhe do texto. A proposta é de que os pontos I - Desenvolvimento do socialismo utó-

pico; II - Socialismo científico; e III - Materialismo histórico sejam discutidos nas próximas reuniões.

Apesar disso, algumas considerações que se encontram presentes no texto foram feitas, como a apresentação por um camarada das ideias gerais do que se define como socialismo utópico, e seus principais formuladores. Sua síntese mostrou que no processo da formação capitalista, as contradições entre o que era anunciado como uma nova fase na história da humanidade, sintetizada na tríade liberdade, igualdade e fraternidade, e aquilo que era sentido na prática pela classe operária em formação, a miséria, o trabalho extenuante, a fome, fizeram com que alguns intelectuais formu-

(...) no processo da formação capitalista, as contradições entre o que era anunciado como uma nova fase na história da humanidade, sintetizada na tríade liberdade, igualdade e fraternidade, e aquilo que era sentido na prática pela classe operária em formação, a miséria, o trabalho extenuante, a fome, fizeram com que alguns intelectuais formassem teorias igualitárias, ainda que essas teorias não estivessem com pés firmes no chão, ou seja, não estivessem fundadas nas condições materiais e históricas, que certamente estavam nos seus primórdios.

lassem teorias igualitárias, ainda que essas teorias não estivessem com pés firmes no chão, ou seja, não estivessem fundadas nas condições materiais e históricas, que certamente estavam nos seus primórdios. Essas formulações foram importantes para a construção posterior do socialismo científico.

Outro camarada mostrou a importância de se fazer os estudos dos textos clássicos no sentido de transformar a revolta contra o capitalismo em luta consciente. Tratou-se de mostrar aos simpatizantes que participaram do estudo a necessidade de unidade entre a teoria e a prática, sintetizada na frase que foi apresentada pelo camarada: a prática sem teoria é cega, a teoria sem prática é inócua.

Camaradas de diferentes regionais tomaram a palavra para discutir esses aspectos e apresentar suas formulações, enriquecendo o debate. Já chegando ao fim do estudo, ao menos três simpatizantes tomaram a palavra e

fizeram algumas considerações sobre o que foi discutido. Um trabalhador que conheceu o POR no ato do 1º de Maio participou do estudo, e fez uma crítica à questão cultural que importa símbolos e ideias dos países imperialistas, em especial dos EUA, e que foram uma ideologia introduzida nas massas trabalhadoras brasileiras.

Retomaremos essa discussão nos próximos encontros, mostrando como a ideologia burguesa cumpre o papel de alienar os trabalhadores, e como o socialismo científico, tema de nosso estudo, responde a este e outros problemas da classe operária e dos demais trabalhadores.

SÃO PAULO

Curso de Formação Política do POR

No dia 26 de abril, ocorreu o primeiro curso mensal do POR em São Paulo, após o XVIII Congresso, que se realizou em 21 e 22 de março. Contou com a participação de militantes e simpatizantes. O curso foi voltado à divulgação e assimilação do livro do partido: “A crise mundial impulsiona o intervencionismo dos Estados Unidos”. Foram selecionados quatro artigos: 1) “Sob os ditames dos Estados Unidos, amplia-se e aprofunda-se a crise mundial”, p. 143; 2) “América Latina nos marcos da crise mundial”, p. 171; 3) “Passos da confrontação dos Estados Unidos com a China”, p. 179; 4) “Trump avança em seus objetivos mundiais”, p. 186.

O curso foi dedicado ao militante Fernando Aquino Pessoa, que havia falecido poucos dias antes. Um dos camaradas lembrou a atuação de Fernando na construção do partido no estado de Minas Gerais e narrou a sua trajetória como professor demitido por enfrentar a política do governador e prefeito de desmonte da educação pública e a sua recente condição de trabalhador de aplicativo, com jornada extenuante. Ressaltou que, em muitas ocasiões pela situação de motorista de aplicativo, participava dos cursos online do partido dentro do carro. Destacou sua presença no Congresso do partido em março e a sua última contribuição ao Jornal Massas, com o artigo “O privatista Zema é candidato à presidência”. Os militantes se levantaram e saudaram: Camarada Fernando Pessoa, presente! Hoje e sempre!

Em seguida, houve os informes sobre o 1º de Maio. Criticou-se a conduta das burocracias sindicais que se recusaram a organizar o 1º de Maio unificado em São Paulo. O que levou à existência de várias convocações. A CUT, que congrega a maioria dos sindicatos, inventou a fórmula de atos por região, mostrando sua indisposição de mobilização dos explorados em defesa das reivindicações de emprego, salário e direitos. Tudo para não ofuscar a governabilidade de Lula, que vive atolado em crises políticas e com sua popularidade em baixa. O POR, que sempre esteve presente no 1º de Maio da Sé, esse ano se viu diante das correntes que se recusaram a fazer a manifestação nesse local. Assim, o POR estará presente no ato da CSP-Conlutas, que nesse momento foi proibido de ocorrer na Av. Paulista. O governador Tarcísio cedeu lugar para a ultradireita utilizá-lo contra o 1º de Maio de luta. O camarada conclui dizendo da importância da militância e simpatizantes participarem ativamente, sob a bandeira: “um 1º de Maio operário, socialista e internacionalista”, com a distribuição do Manifesto do CERQUI e do POR, com a divulgação do Jornal Massas e com a banca de materiais e bandeiras.

Após esse informe, houve a constituição de quatro grupos de estudos e a indicação dos artigos. Por uma hora, os grupos discutiram e elaboraram as sínteses. Na plenária, os grupos expuseram as suas conclusões.

O grupo 1, “Sob os ditames dos Estados Unidos, amplia-se e aprofunda-se a crise mundial”, de 3 de agosto de 2025. Destacaram-se três pontos: a) colocação de que os Estados Unidos estão, ora por trás, ora pela frente, em todos os acontecimentos catastróficos, como é o caso da guerra na Ucrânia, da invasão militar da Faixa de Gaza, dos bombardeios no Líbano e da guerra contra o Irã, sobretudo. O objetivo é assegurar a hegemonia alcançada após a Segunda Guerra Mundial, hoje ameaçada pelo avanço econômico da China; b) A guerra comercial dos Estados Unidos com a China expõe o avanço da marcha das tendências bélicas; c) A tarefa da classe operária mundial de se unir pelo fim das guerras de dominação, contra a guerra comercial e as tendências bélicas encarnadas pelo imperialismo. O que significa erguer seus organismos de poder e constituir a frente única anti-imperialista, como uma tática fundamental para a revolução social.

O grupo 2, “América Latina nos marcos da crise mundial”, de 23 de novembro de 2025. Os militantes enfatizaram: a) A escalada militar e as guerras são expressões das contradições e decomposição da economia mundial. O governo Trump impôs seu plano de combate ao declínio da economia norte-americana. Para isso, intervém na América Latina para deter o avanço da China, retomando o Plano Monroe; b) a intervenção militar na Venezuela e o sequestro do presidente Nicolás Maduro, bem como o apoio às eleições de governos direitistas e ultradireitistas, a exemplo da Argentina, Chile, Bolívia, Peru etc. Assim, a América Latina reflete o processo de desintegração do capitalismo; c) O instinto de revolta, em particular da juventude oprimida, e as manifestações que ocorrem em toda a parte obrigam a vanguarda com consciência de classe a se colocar em defesa do programa e dos métodos próprios de luta dos oprimidos. E da estratégia da revolução proletária para pôr fim ao capitalismo em decomposição e edificar a sociedade socialista.

O grupo 3, “Passos da confrontação dos Estados Unidos com a China”, 11 de janeiro de 2026. Pontos levantados: a) O plano de Trump de subordinar a Venezuela tem como objetivo se confrontar em nível internacional com a China e se apossar da maior reserva petrolífera mundial; b) A ofensiva de Trump de manter a ascendência dos Estados Unidos sobre a América Latina faz parte da guerra comercial e da escalada bélica; c) A luta pela soberania da Venezuela e pela libertação de Maduro depende inteiramente de a classe operária venezuelana colocar em pé uma frente única anti-imperialista, sob o programa da revolução social. O que significa o combate de todos os explorados latino-americanos; d) A tarefa da vanguarda com consciência de classe de superar a crise de direção depende da construção dos partidos revolucionários.

O grupo 4, “Trump avança em seus objetivos mundiais”, 8 de fevereiro de 2026. Expuseram-se as seguintes formulações: a) O fundamento da política imperialista do governo Trump é de que a força é o melhor fator de dissuasão, posição expressa no documento “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos”. Nesse sentido, seu objetivo é o da submissão das nações oprimidas por meio do cerco, do esmagamento econômico e da intervenção militar; b) Os avanços militares, políticos e econômicos dos Estados Unidos não os reerguerão como a potência hegemônica. Na realidade, estão servindo à potenciação da guerra comercial, à projeção do militarismo e à preparação de um confronto bélico com a China; c) a raiz do problema se encontra na agudização da contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e o domínio da propriedade privada e as fronteiras nacionais. Contradição essa que está na base das guerras de dominação e na escalada bélica, sendo os Estados Unidos o epicentro dessa contradição; d) As consequências para os povos oprimidos é o avanço da barbárie social. E a resposta está na defesa da estratégia da revolução proletária, para pôr fim ao capitalismo em decomposição.

Conclusões

Após as apresentações dos grupos, foram feitas algumas considerações e tarefas do POR. 1) A classe operária é a única força social capaz de unir os explorados, porque encarna o programa da revolução proletária. Acumula as experiências das revoluções vitoriosas, como a Revolução Russa e a Chinesa; 2) O mundo vive o esgotamento da partilha ocorrida após a Segunda Guerra Mundial, portanto o declínio da hegemonia dos Estados Unidos (potência vencedora das guerras mundiais); 3) a vigência do marxismo

mo-leninismo-trotskismo de que a época imperialista é de guerras, revoluções e contrarrevoluções; 4) O processo de restauração capitalista evidencia a vitória da contrarrevolução pró-capitalista, que contou com a contribuição da burocracia estalinista; 5) O retrocesso histórico é provisório, sendo que as conquistas das revoluções continuam como base para a emersão do programa da revolução social nas novas condições de desintegração do capitalismo mundial; 6) A importância da defesa do internacionalismo proletário, o que implica a superação da crise de direção, que virá da construção, fortalecimento e consolidação dos partidos revolucionários. Certamente, da tarefa de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional; 7) A construção do POR como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) é parte da luta mundial da vanguarda com consciência de classe voltada a superar a crise de direção.

ORIENTAÇÃO AO ESTUDO

Foi indicado à militância o estudo complementar aos quatro editoriais selecionados para a realização do curso. O objetivo foi o de ampliar o conhecimento e as formulações programáticas sobre a crise mundial. Publicamos abaixo um dos resumos em tópicos do editorial escrito em 17 de agosto de 2025, que consta na p. 147 do livro recém-publicado “Crise Mundial Impulsiona o Intervencionismo dos Estados Unidos (Em defesa das nações oprimidas, constituir a frente única anti-imperialista, dirigida pela classe operária e orientada pelo programa da revolução social)”. Os outros editoriais indicados foram “A crise de direção emerge como principal fator da crise mundial”, p. 127; e “Combater a ofensiva dos Estados Unidos na América Latina e no mundo com o programa, a política e os métodos de luta da classe operária”, p. 163.

O CAMINHO TRAÇADO POR TRUMP PARA MANTER A HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS

A guerra comercial global se diferencia pela abrangência e pela magnitude das determinações protecionistas da burguesia norte-americana: “América em Primeiro Lugar”.

- As medidas internas de disciplinamento dos múltiplos interesses da classe capitalista
- A subordinação dos países a esses interesses norte-americanos caracterizam a situação de desintegração do capitalismo, de emersão dos choques entre as fronteiras nacionais e de impulso das tendências bélicas.
- A crise de 2008 eclodiu precisamente nos EUA e expôs seu declínio como carro chefe da economia mundial. Ao mesmo tempo evidenciou o significado da elevação da China ao patamar de segunda potência econômica e a primeira em produção industrial. É nesse terreno que se armou e se generalizou a guerra comercial.
- A liquidação da URSS deixou ainda mais clara a necessidade do imperialismo de destruir as conquistas da revolução socialista de 1917, para penetrar e se apossar da gigantesca e pungente região da Eurásia. A invasão militar da Rússia na Ucrânia foi uma resposta defensiva, que se deu nas condições de guerra comercial e de escalada bélica, impulsionadas pelos EUA.
- Os EUA têm de concentrar em seu objetivo de enfraquecer e interromper a ascensão da China. Sua economia deve ser colocada a serviço do capital monopolista norte-americano, europeu e japonês. Essa é a maior dimensão da crise mundial do pós-guerra. Faz parte dela o genocídio do povo palestino na Faixa de Gaza. Trump foi franco e direto, o território palestino deve ser inteiramente anexado por Israel. A operação de limpeza étnica entra na fase mais decisiva de ocupação total da Faixa de Gaza e ofensiva

colonizadora da Cisjordânia (e, no atual momento, com a invasão do território Libanês).

- Frações burguesas internacionais, tanto das potências quanto das semicolônias, vêm assimilando os ataques dos EUA, em um movimento de capitulação geral. O chamado eixo da resistência ao Estado sionista de Israel foi desmantelado. Essa vitória do imperialismo norte-americano isolou e neutralizou o Hezbollah, bem como fortaleceu a fração pró imperialista que negocia o seu desenvolvimento.
- A América Latina não poderia ficar à margem do intervencionismo norte-americano. Isso faz parte da decisão de Trump de enviar militares a países e regiões da América Latina em nome do combate ao narcotráfico. Os EUA inventaram a tipificação de terrorista para os cartéis de drogas, o que lhes daria o direito legal de intervir nos países signatários. Trump firma um acordo com o governo do Paraguai para a criação de um Centro antiterrorista na tríplice fronteira com a Argentina, Paraguai e o Brasil. A movimentação de tropas no mar do sul do Caribe inicia esse processo intervencionista pelo imperialismo estadunidense (captura de Maduro na Venezuela)

• Os EUA estão em posição de ofensiva e vêm ganhando terreno. A própria China está na defensiva, esperando adiar o momento de choque aberto.

• O resultado dessas medidas: é bem provável que dificultarão ainda mais o já baixo crescimento da economia mundial e atingirão em várias magnitudes as economias nacionais. As contradições que solapam as bases da economia norte-americana não serão resolvidas com vitórias nos acordos tarifários e com algum passo nas pretensões de reindustrialização. A etapa posterior a essa movimentação internacional, de cunho nacionalista-imperialista-fascistizante, é de aumento das contradições na economia mundial e de intensificação da desintegração da ordem internacional. O capitalismo da época imperialista é de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

• No momento, o programa de defesa da vida dos explorados e das nações oprimidas se impõe. O combate ao imperialismo em geral toma forma particular no combate à dominação norte-americana. Trata-se de dar unidade às lutas por meio da Frente Única Anti-imperialista, sob a orientação do Internacionalismo Proletário.

Grupo 4 do curso de formação do POR em São Paulo debate o desenvolvimento da linha internacional do POR

Na discussão baseada no novo livro do POR sobre a crise mundial, o grupo 4 fez a leitura e discussão do texto que representa o último da sequência de editoriais do jornal massas, intitulado “Trump avança em seus objetivos mundiais”, de 08/02/26, página 186. Naquele momento, EUA e Israel ainda não haviam iniciado a atual guerra contra o Irã, que levou ao assassinato de altas lideranças iranianas. Mas é interessante ver que neste Editorial se coloca a possibilidades de avanço do imperialismo, diz “não é de todo absurda a probabilidade de novos ataques ao Irã, agora com o objetivo de assassinar a cúpula governamental dos aiatolás, a exemplo dos assassinatos de militares e comandantes da Guarda Revolucionária”.

O grupo debateu como o POR vem acompanhando aos acontecimentos mundiais e respondendo aos ataques do imperialismo e que, por isso, pôde apontar essa tendência que se mostrava no seio do imperialismo e denunciá-la, mostrando a necessidade urgente de erguer a frente única anti-imperialista.

O grupo teve também a oportunidade de ler e debater, em seguida, o editorial de 26/10/25, p. 163, que tem como subtítulo “defesa incondicional da Venezuela e Colômbia”. Da mesma maneira,

antes do sequestro do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, o POR já denunciava que o imperialismo se movimentava no sentido de intervir no país semicolonial a fim de tomar o controle do petróleo e que era preciso erguer a frente única anti-imperialista para defender a América Latina.

O grupo então ressaltou na discussão geral a importância do livro e o acerto da linha política porista diante da crise mundial. Expôs que o POR não apontou em seus editoriais os acontecimen-

tos que viriam a se confirmar por adivinhação, mas por acompanhar e responder par e passo com o programa revolucionário as tendências e os acontecimentos da crise mundial à luz da análise marxista das classes sociais.

Essa experiência mostra a importância do estudo rigoroso e crítico da linha desenvolvida pelo partido. A vanguarda tem a sua disposição uma obra de grande valor e poderá ver em suas linhas a consistência programática porista.

CERQUI  Internacional

Nesta edição:

Bolívia: Conferência Nacional do POR Boliviano 2026; A crise salarial e o medo à independência operária; Operários e camponeses ao poder;

Peru: Putrefação da democracia burguesa no Peru: venceu o voto nulo e branco;

Crise no Oriente Médio persiste: organizar a frente única anti-imperialista;

Assimilando o socialismo científico: Materialismo histórico.

Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Conferência Nacional do POR Boliviano 2026

Em 2 de maio, foi realizada a conferência do POR 2026. Foram aprovadas várias resoluções sobre a situação internacional e nacional.

Reproduzimos a Resolução B sobre a crise econômica.

A CRISE ECONÔMICA

(Extraído do Masas boliviano nº 2880)

A descoberta de grandes reservas de gás natural no final dos anos 1990 e sua comercialização para o Brasil e Argentina a partir de 2003 marcaram o início da era de bonança econômica no país. Isso coincidiu com um período de expansão no preço das matérias-primas em nível internacional. O governo neoliberal de Sánchez de Lozada “capitalizou”, valendo-se das empresas estatais, como a YPFB, entregando a galinha dos ovos de ouro para as multinacionais a preço de uma galinha morta. A “nacionalização” do MAS foi uma fraude, as multinacionais imperialistas permaneceram no comando de sua exploração até adotá-la.

O governo de Arce suportou a maior parte do impacto, quando a queda na produção de gás se tornou crítica e as receitas do Estado não eram mais suficientes para manter o subsídio de combustível e os pagamentos da dívida externa. O governo recorreu às reservas do Banco Central e até a parte das “joias da avó”, ou seja, as reservas de ouro. O MAS estava politicamente esgotado, a ilusão sobre o “processo de mudança”, tendo à frente o “irmão Evo”, havia sido diluída.

A experiência mostrou que o “Processo de Mudança” não mudou nada. O MAS agora era apenas uma casca vazia de apoio popular, em desintegração devido às lutas internas à morte entre membros do MAS, burocratas sindicais, caciques indígenas, todos corruptos até a medula, para sugar o poder.

Desde o parlamento, a direita neoliberal, junto aos evistas, bloqueou US\$ 1,8 bilhão em créditos internacionais sob o argumento de que não permitiriam mais dívida. Esses mesmos, agora, desde o governo de Paz-Lara, contratam uma nova dívida¹ de 3,1 bilhão de dólares e anunciam chegar a 8 bilhões de dólares.

O governo de Arce perdeu o controle da economia que permaneceu nas mãos do setor privado: agroindustriais do Leste, cooperativas de ouro e grandes exportadores que retêm a moeda estrangeira que obtêm em contas estrangeiras e não retornam ao país. O governo de Arce, respeitador da propriedade privada, não pôde fazer nada contra o poder econômico dos ricos e ficou paralisado.

1. A dívida externa pública da Bolívia fechou 2025 atingindo um recorde histórico de aproximadamente US\$ 14,13 bilhões (24,26% do PIB), o que representa um aumento de US\$ 786 milhões em comparação a 2024, segundo o Banco Central da Bolívia. Os principais credores incluem o BID, a CAF, o Banco Mundial e a China. Além disso, os novos empréstimos contratados de 3,1 bilhões de dólares assinados no Panamá há alguns dias e os anúncios de que o valor alcançará 8 bilhões de dólares.

A escassez de combustível, a inflação, a desvalorização do peso boliviano e o aumento do custo da cesta básica familiar tornaram-se insuportáveis. As massas, especialmente nos setores mais vulneráveis, reagem com o estômago e exigem uma solução, não importa o que aconteça, mas não querem nada com o MAS e o governo de Arce.

O cenário estava preparado para o retorno da ultradireita neoliberal ao governo, proclamando aos quatro ventos o dogma de que o desenvolvimento vem de mãos dadas com o investimento privado no âmbito da regulação da economia pela oferta e procura, sem “obstáculos” regulatórios estatais. Abrir o país ao investimento estrangeiro (multinacionais) para a exploração de recursos naturais – sob a justificativa de que nenhuma empresa estatal é eficiente etc. –, consta do dogma neoliberal de submissão ao imperialismo.

A guerra desencadeada por Israel e pelo imperialismo dos EUA contra o Irã desestabilizou o mercado de hidrocarbonetos e os preços ultrapassaram a barreira de U\$ 100 por barril; as previsões sugerem que, se a situação de crise persistir, esses preços poderão ultrapassar U\$150 por barril. A Bolívia, que há muito deixou de ser autossuficiente na produção de combustíveis e se tornou importadora de diesel e gasolina, tem sentido o impacto da alta dos preços

internacionais, que pressionam o país a realizar um novo ajuste dos preços domésticos da gasolina, gás, diesel etc., além do impacto que já tem causado aos preços dos bens importados, que foram ajustados para cima em linha com a crise do mercado de hidrocarbonetos. O governo pró-imperialista e entreguista de Paz-Doria-Lara enfrenta o dilema de subsidiar hidrocarbonetos ou reajustar o preço após as disposições do regulamento DS 5503, que o indexou ao preço internacional. As possibilidades políticas para o governo executar um novo aumento da gasolina contra a maioria nacional hoje são muito mais limitadas do que na ocasião do conflito no início do ano em torno da DS 5503. O governo enfrenta um prematuro desgaste político que limita seu espaço de manobra.

Em resumo, é impossível que Bolívia escape das consequências desastrosas para a maioria nacional da guerra imperialista no Oriente Médio. A única maneira de evitar que o peso da crise seja descarregado sobre a maioria empobrecida é aplicar a política de estatização sob o controle operário de toda a indústria, mineração e operações agrícolas, que se acham nas mãos dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros. Que os ricos paguem pela crise, são eles que em todo momento se beneficiaram dela.

A crise salarial e o medo à independência operária

(Extraído do Masas boliviano nº 2880)

O conflito aberto em torno à reposição salarial de 20% expôs muito mais do que uma simples disputa econômica. O que se expressa hoje nas ruas, nos sindicatos e no debate público é uma crise mais profunda: o esgotamento do capitalismo, que durante muitos anos prometeu estabilidade, enquanto lentamente deteriorava as condições dos trabalhadores.

A reação imediata do governo, da grande mídia e de vários porta-vozes empresariais tem sido desqualificar tanto a reivindicação salarial quanto a direção da Central Operária Boliviana (COB). O problema do custo de vida não é discutido seriamente; tenta-se desqualificar àqueles que o colocam na mesa.

No entanto, a realidade cotidiana contradiz o discurso oficial. Enquanto as estatísticas governamentais insistem em mostrar inflação “controlada”, nas feiras e mercados o salário perde valor semana após semana. Para milhões de trabalhadores, a economia não é medida em quadros técnicos ou coletivas de imprensa: é medida o quanto é suficiente para comprar óleo, arroz, carne ou pagar transporte.

Esse é o núcleo do conflito.

O debate sobre os 20% do salário não gira em torno de privilégios excessivos, mas sim da capacidade mínima de sobrevivência de milhares de famílias. A diferença entre a inflação oficial e a inflação real vivida pela população tornou-se impossível de esconder. O trabalhador não acredita mais na “cesta básica de papel” construída a partir dos escritórios; Ele vive diariamente a “cesta básica da fome”.

Mas o nervosismo dos setores do poder não se explica apenas pelo aspecto econômico. Há outro elemento que gera maior preocupação: a possibilidade de que a COB recupere níveis de independência política e real capacidade de organização social.

Por muitos anos, o sistema político coexistiu confortavelmente com dirigentes sindicais subordinados ao poder da época. A burocratização tornou possível gerenciar o descontentamento e conter tensões sociais dentro de limites controláveis. Uma direção dependente pode ser negociada, absorvida ou neutralizada.

O que alarma a burguesia é outra coisa: que a pressão das bases sobre as direções de setores sindicais faça com que respondam mais às suas bases do que aos acordos palacianos.

É por isso que o ataque da mídia se concentra tanto na desqualificação pessoal dos dirigentes e não em discutir seriamente as causas da crise salarial. Quando não há respostas estruturais, a estratégia é destruir a legitimidade daque-

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



les que expressam agitação social. A discussão substantiva, no entanto, ainda está pendente.

Durante anos, a orientação econômica favoreceu amplamente a grandes grupos empresariais, setores financeiros e multinacionais que continuaram a acumular lucros, mesmo em períodos de desaceleração econômica. Enquanto isso, pequenos produtores, trabalhadores assalariados e setores populares suportaram o peso do ajuste silencioso por meio da inflação, precariedade e informalidade. ...

Nesse contexto, a reivindicação salarial da COB também funciona como sintoma de um problema estrutural muito maior. O que está em discussão não é apenas um aumento percentual, mas quem deve arcar com o custo da crise econômica nacional.

Essa pergunta inevitavelmente leva a debates mais profundos: O papel do setor bancário, o controle dos recursos

naturais, a concentração econômica, a dependência produtiva e o futuro da indústria nacional. ...

O país enfrenta uma fase em que as tensões acumuladas ao longo dos anos começam a emergir com força. A COB, com todas as suas contradições e limitações – devido a sua tradição histórica – continua capaz de articular reivindicações coletivas em escala nacional. Justamente por essa razão, ela se torna alvo de ataques permanentes. As elites toleram sindicatos subordinados, mas reagem duramente a qualquer tentativa de independência operária real.

O conflito salarial atual não resolverá por si só a crise estrutural do país. Mas deixou algo claro: por trás do debate econômico, há uma disputa política mais profunda sobre poder, representação e o futuro dos trabalhadores na Bolívia.

Nem direitistas neoliberais entreguistas, nem reformistas corruptos do MAS, serviçais dos capitalistas

Operários e camponeses ao poder

Derrotar a tentativa de Rodrigo Paz de estabelecer seu modelo de economia de mercado na Bolívia e entregar os nossos recursos naturais ao imperialismo

(Extraído do Masas boliviano nº 2879)

Há evidências de uma rápida deterioração da imagem do presidente e de seus ministros, levando à perda da credibilidade do seu governo e das medidas que toma. Para todos, a equipe governante demonstrou, em meio ano, total incapacidade e incompetência para enfrentar os principais problemas do país que estão levando os bolivianos a situações de extrema necessidade e desespero devido à recessão, combinada com a inflação. O que melhor sabem fazer os governantes é encher os próprios bolsos, demonstrando extrema corrupção e negociatas, principalmente na compra superfaturada da gasolina-lixo, o caso das 32 malas etc. Com raiva e indignação, o homem comum percebe que o presidente e seu parlamento governam apenas para os ricos, aprovando leis e decretos a favor de grandes empresários, investidores estrangeiros, grandes proprietários de terras no Leste e cooperativas de ouro, enquanto deixam o povo passar fome.

Consequentemente, sobreveio um grande mal-estar social, configurando um cenário político nacional radicalizado pela presença de vários setores de trabalhadores nas ruas e marchas que avançam em direção a La Paz, no qual, o grande cabildo convocado pela COB tende a se tornar uma alavanca para materializar uma grande mobilização nacional, capaz de arrancar a Petição de 2026, apresentada e rejeitada pelo governo. Tudo indica que, em um futuro próximo, o país pode se ingressar numa situação revolucionária, onde os despossuídos sublevados questionem a permanência do próprio governo empresarial, que hoje mostra sinais de extrema fraqueza.

Nos setores majoritários empobrecidos, abriu-se o debate sobre a continuidade ou não do governo de Rodrigo Paz, o que impõe a necessidade de determinar o objetivo que os trabalhadores devem buscar nesta luta que está por vir. Não se pode cometer o erro de repetir o que aconteceu na situação pré-insurrecional de outubro de 2003, quando, antes da derrubada e fuga do gringo Goni, veio a sucessão presidencial a favor de Carlos de Mesa como saída para a crise política e social, seguida pela subsequente vitória eleitoral do falso socialista indígena e servo da burguesia Evo Morales – ambos defensores da grande propriedade privada que mantiveram a classe dominante como dona do poder econômico e político no país sem mudar absolutamente nada.

Hoje, as massas já experimentaram o fracasso do ciclo neoliberal dos anos 80 e 90, assim como o ciclo de 20 anos do MAS. O fracasso mostrou que nenhuma dessas expressões políticas burguesas e reformistas pró-burguesas resolve o atraso e a crise econômica do país. Assim, apesar de que Tuto e Evo buscam aproveitar esse clima de agitação generalizada para retornar à presidência, para a maioria da população esses dois sujeitos são mais do mesmo já conhecido. Uma saída democrática burguesa por meio das eleições não parece entusiasmar ninguém.

Diante dessa conjuntura política, a classe operária e a nação oprimida como um todo devem erguer seu próprio objetivo estratégico classista e revolucionário, que é a tomada do poder político pelos operários, camponeses e demais oprimidos, um governo do povo que materializará a nacionalização e estatização de todos os setores produtivos hoje nas mãos de empresários privados e multinacionais.

Peru

Putrefação da democracia burguesa no Peru: venceu o voto nulo e branco

(Extraído do Masas boliviano nº 2879)

No domingo, 12 de abril de 2026, foram realizadas as eleições gerais com 35 candidatos presidenciais. Após mais de 10 anos de crise, com 8 presidentes em uma década. Os últimos 6 governos culminam na administração de Dina Boluarte, com um balanço de mais de 60 mortes em protestos.

Com 93% das cédulas processadas, os resultados oficiais dão a Keiko Fujimori 17% em primeiro lugar. Seguida por Roberto Sánchez, com 12%, em segundo lugar, um candidato reformista da “esquerda caviar” de Juntos por el Perú. Em terceiro lugar, está Rafael López Aliaga, o “Porky”, com 11,9%, candidato da extrema-direita de Renovação Popular. Nenhum candidato ultrapassou os 50% necessários para vencer no primeiro turno.

Os votos nulos e em branco, somados, superam o candidato com mais votos. Representam o bloco majoritário. Apenas os votos nulos excedem 29 dos 35 candidatos na disputa. Os votos brancos, com 16% do registro, ultrapassam 34 candidatos juntos. 27 milhões de peruanos foram às urnas.

A eleição foi uma disputa entre toda a direita: Keiko Fujimori vs. Rafael López Alaga, o “Porky” contra Roberto Sánchez, um reformista da “esquerda caviar”. Todos para vencer a votação com seus modelos de governo que variam em nuances, mas não em substância.

O fato central não é quem foi para a segunda rodada. O fato central é que a maioria não votou em nenhum candidato. Os votos nulos e brancos expressam o repúdio de todo o espectro eleitoral e do sistema político que o sustenta.

A democracia burguesa saída das urnas não representa a maioria. A Constituição, o Governo e o Parlamento funcionam a serviço dos interesses empresariais. A corrupção é estrutural, não anedótica. Nesse contexto, o processo eleitoral se torna no meio lucrativo para governar em favor de poucos e em detrimento da maioria.

O povo peruano precisa de uma saída histórica fora do marco do capitalismo e das urnas. A decadência e a corrupção que afundam o país não serão resolvidas votando a cada cinco anos.

A alternativa é a construção de um Partido Operário Revolucionário, com um programa de transição do capitalismo para o socialismo, que se constitua na direção real dos operários, camponeses e classes médias empobrecidas. Um partido ligado a uma internacional comunista como o CERQUI.

Votos nulos e branco não são apatia. São uma declaração política. São o sinal de um dilema: ou uma revolução social triunfa, ou a reação e a decadência do sistema capitalista triunfam. Se uma solução revolucionária não for aberta, o Peru está condenado a mais 100 anos de saques, miséria e exploração.

Crise no Oriente Médio persiste: organizar a frente única anti-imperialista

A guerra entre os EUA e o Irã persiste. O atual cessar-fogo não impede que diversas hostilidades aconteçam. Na última semana, o Irã afirmou ter atacado uma fragata estadunidense que tentou furar o bloqueio de Ormuz, e também atacou uma estrutura petrolífera nos Emirados Árabes.

Os EUA negaram o ataque ao seu navio. Isso aconteceu logo depois de Trump ter afirmado que enviaria uma nova missão para fazer seus navios que estão presos na região passarem (Projeto Freedom). Enquanto isso, nos Estados Unidos, a desaprovação de Trump chegou aos 62%, maior nível da série histórica, e o preço



da gasolina bateu novos recordes (elevação de mais de 40%). Soma-se ao cenário a queda nas principais bolsas de valores dos EUA no início desta semana.

No dia 4 de maio, o Irã divulgou um mapa do Estreito de Ormuz onde duas grandes linhas são traçadas indicando

que tudo que estiver entre essas linhas está sob o controle iraniano. A declaração oficial é de que nenhuma embarcação inimiga tem atravessado o Estreito. Ainda assim, um navio dinamarquês, com bandeira dos EUA, afirmou ter passado sob escolta. A Coreia do Sul afirmou que um de seus navios mercantes sofreu uma

explosão. O Irã negou qualquer ataque. Mesmo assim, a Coreia do Sul disse reavaliar sua posição inicial em relação ao conflito e que pode se somar às ações dos EUA no Golfo. Como se vê, a guerra persiste sem possibilidade de solução rápida, indicando o prolongamento da crise internacional e a possibilidade de retomada e transbordamento da guerra.

O Irã tem jogado com o tempo, já que a desaprovação de Trump indica uma grande derrota parlamentar dos republicanos em novembro. Isso não significa, é claro, que o fortalecimento dos democratas nas cadeiras parlamentares vai levar necessariamente ao fim da guerra. É bom lembrar que quem organizou e financiou os primeiros meses do genocídio na Palestina foi justamente o governo democrata de Biden. Ainda assim, isso deve provocar uma nova configuração no conflito. O mediador principal segue sendo o Paquistão, e por trás dele a China, grande interessada no petróleo iraniano e, portanto, no fim da guerra.

Já em relação às ações de Israel no Oriente Médio, seus ataques contra o Líbano estão formalmente em um cessar-fogo que foi estendido até 17 de maio, mas a realidade em campo tem sido de violências contínuas. Alguns exemplos: no dia 1º de maio, bombardeios israelenses em Habboush (distrito de Nabatieh) resultaram na morte de pelo menos 12 pessoas, incluindo crianças; em 5 de maio, um ataque aéreo em Machghara atingiu a casa da família Ghazali, resultando na morte de Ibrahim Ghazali e outros membros da

família. Desde o reinício da guerra em março de 2026, o número de mortos no Líbano já ultrapassou 2.600 pessoas, com mais de 1,2 milhão de deslocados.

Na Faixa de Gaza, os ataques diretos reduziram, mas as ações mudaram para uma ocupação intensiva e prolongada sob o contexto da paz dos cemitérios proposta pelo governo Trump. Israel mantém atualmente seis brigadas operando em Gaza para impedir a reorganização do Hamas e forçar o desarmamento da resistência. Operações de engenharia destruíram túneis estratégicos na fronteira leste na última semana.

O estrangulamento de Gaza permanece, levando a população à fome severa, falta de água, energia e outros suprimentos essenciais. Qualquer tentativa de ajuda humanitária é barrada pelos sionistas. O caso mais recente foi com a flotilha “Global Sumud”, que levava ajuda para Gaza, mas foi interceptada por Israel próximo de Creta, na Grécia. O governo grego se mostrou conivente com o sionismo. A interceptação levou à deportação de diversos ativistas para seus países, mas mantiveram presos dois deles, o brasileiro Thiago Ávila e o palestino Saif Abu Keshek. Ambos têm sido violentados como mostram os registros

fotográficos. Como resposta, estão fazendo greve de fome. Trata-se de um sequestro já que a captura e prisão não têm nenhuma base no ordenamento jurídico burguês.

No Brasil, o sionismo, através da Conib, principalmente, tem agido para silenciar os lutadores que se co-

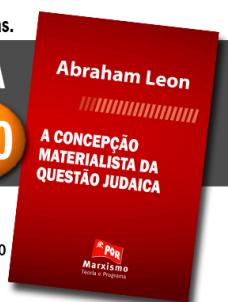


A conivência do governo Lula com essas ações indica o grau de aburguesamento a que chegou o PT. Basta observar que em todo o período do massacre dos palestinos o governo brasileiro se manteve alimentando a máquina de guerra israelense com petróleo e outros insumos. Diversos outros acordos diplomáticos também foram mantidos. Não bastam palavras contra o massacre na Faixa de Gaza.

LANÇAMENTO! Adquirar já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA
Abraham Leon

R\$30



Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$40



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquirar já com o distribuidor do Jornal Massas.



Pessoas atravessam uma rua perto de um outdoor na fachada de um prédio que retrata o Estreito de Ormuz com uma legenda em persa que diz "Para sempre nas mãos do Irã", na Praça Vanak, em Teerã, em 6 de maio de 2026 (./AFP)



Momento em que EUA disparam contra navio no Estreito de Ormuz, em 8 de maio de 2026. — Foto: Reprodução/ g1

locam ao lado da Palestina e contra o Estado genocida de Israel. A justiça burguesa faz seu papel ratificando as denúncias absurdas dessa entidade. É o que está se passando com a repressão criminal ao militante do PSTU, Zé Maria, que foi condenado a dois anos de prisão por denunciar o genocídio palestino. Ganha força a necessidade de organizar a frente única anti-imperialista desde nosso país, como forma de responder localmente e fortalecer a luta internacional pelo fim da guerra de dominação e da barbárie promovida pelo imperialismo dos Estados Unidos.

A conivência do governo Lula com essas ações indica o grau de aburguesamento a que chegou o PT. Basta observar que em todo o período do massacre dos palestinos o governo brasileiro se manteve alimentando a máquina de guerra israelense com petróleo e outros insumos. Diversos outros acordos diplomáticos também foram mantidos. Não bastam palavras contra o massacre na Faixa de Gaza.

A Frente Palestina SP convocou para o dia 16 uma grande manifestação em referência ao dia da Nakba (15 de Maio), na Avenida Paulista. Outros Comitês de solidariedade aos palestinos em outros estados devem organizar manifestações para o dia 15 e 16. A tarefa não cumprida até o momento, no entanto, é a de organizar os trabalhadores para uma solidariedade ativa

aos palestinos, libaneses e iranianos, o que implica que os sindicatos e centrais organizem assembleias para discutir com os operários e demais explorados as possíveis formas de luta e participação nas manifestações. Desgraçadamente, as direções sindicais têm se mantido no apoio formal, em palavras, sem colocar seus aparatos para a luta.

O POR segue fazendo a defesa do povo palestino nas portas de fábrica, e nos demais espaços de atuação, para convocar os trabalhadores para pressionar seus sindicatos a organizar a luta. Faz parte dessa campanha o trabalho junto à juventude para que tome parte nesta luta, o que certamente impulsionará o movimento anti-imperialista em toda a América Latina.

LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.

CRISE MUNDIAL IMPULSIONA O INTERVENCIONISMO DOS ESTADOS UNIDOS

R\$ 40

CRISE MUNDIAL IMPULSIONA O INTERVENCIONISMO DOS ESTADOS UNIDOS

O POR dedica este livro à tarefa de constituir a frente única anti-imperialista, sob a estratégia e a direção da classe operária. Está posta de maneira absolutamente clara a defesa das nações oprimidas contra a opressão imperialista.



Participe do

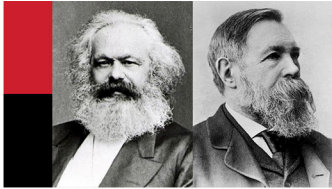
ENCONTRO

OPERÁRIO

16/5 • 17h
Presencial

Entre em contato pelo Instagram:
[@massas.por](https://www.instagram.com/massas.por)

Nosso objetivo é construir comissões de fábrica e oposições sindicais democráticas, classistas e revolucionárias, para resgatar os sindicatos para a luta em defesa dos empregos, salários e direitos!



▶ Assimilando o socialismo científico

Materialismo histórico

Assimilando o socialismo científico

Dando continuidade à exposição da concepção e conceitos do socialismo científico, iniciada no número 761 do Jornal Massas, apresentamos extratos do Prefácio escrito por Karl Marx na sua Contribuição à Crítica da Economia Política publicada em 1859, em que antecipou algumas das análises que desenvolveu em O Capital. Observação: realizamos um ajuste de tradução entre as duas edições: Abril Cultural de 1982 e Editorial Estampa, Lisboa, 1973.

Concepção materialista da história

(...) “as relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela denominada evolução geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas condições materiais de existência (...), a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na economia política”. (pág. 25).

(...) “na produção social da sua existência, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”. (pág. 25).

“O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. (pág. 25).

“Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações

de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se transformam em seus entraves. Emerge, então, uma época de revolução social”. (pág. 25).

“Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações, é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim”. (pág. 25).

“Assim como não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma época de transformação pela sua consciência de si; é preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção”. (pp. 25-26).

“Uma formação social nunca desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar antes que suas condições

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Nova Coleção Editorial

R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS



Lênin estrategista da revolução proletária
Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique



materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir". (pág. 26).

"Em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno. As relações burguesas de produção constituem a última forma contraditória do processo social de produção, contraditória não em um sentido individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No entanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução dessa contradição. Daí que com essa formação social se encerra a pré-história da sociedade humana". (pág. 26).

(Extraído de Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar / Karl Marx; introdução de Jacob Gorender; traduções de Edgard Malagodi [et al.]. – São Paulo: Abril Cultural, 1982).

Reproduzimos a passagem a seguir para que se possa assimilar não só as formulações acima extraídas como também o raciocínio da elaboração de Marx.

Prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política"

O meu primeiro trabalho, empreendido para resolver as dúvidas que me assaltavam, foi uma revisão crítica da filosofia hegeliana do direito, trabalho cuja introdução veio à luz em 1844, nos Anais Franco-Alemães, publicados em Paris. (...)

A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez obtida, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais.

O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é

a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo. E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, pelo contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre, que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização. A grandes traços podemos designar como outras tantas épocas de progresso, na formação econômica da sociedade, o modo de produção asiático, o antigo, o feudal e o moderno burguês. As relações burguesas de produção são a última forma antagônica do processo social de produção, antagônica, não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que provém das condições sociais de vida dos indivíduos. As forças produtivas, porém, que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução desse antagonismo. Com esta formação social se encerra, portanto, a pré-história da sociedade humana.

Engels, com quem mantive constante intercâmbio escrito, de ideias, desde a publicação do seu genial esboço sobre a crítica das categorias econômicas (nos Anais Franco-Alemães), havia chegado por caminho diferente (veja-se o seu livro A Situação da Classe Operária na Inglaterra) ao mesmo resultado que eu.

Londres, janeiro de 1859

Karl Marx

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por

